

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE LETRAS
MESTRADO EM LETRAS – LITERATURA E CRÍTICA LITERÁRIA

HISTÓRIA E TRANSFIGURAÇÃO EM OS *SERTÕES*, DE EUCLIDES
DA CUNHA

Telmo De Maia Pimentel

Goiânia, 2010

TELMO DE MAIA PIMENTEL

HISTÓRIA E TRANSFIGURAÇÃO EM OS *SERTÕES*, DE EUCLIDES
DA CUNHA

Trabalho de Dissertação de Mestrado
apresentado ao Programa de Pós-graduação
stricto sensu, em Letras – Literatura e Crítica
Literária da Pontifícia Universidade Católica de
Goiás, para a obtenção do título de Mestre em
Literatura e Crítica Literária.

Orientação: Prof. Dr. Divino José Pinto

Goiânia - 2010

Telmo de Maia Pimentel

HISTÓRIA E TRANSGURAÇÃO EM OS *SERTÕES*, DE EUCLIDES
DA CUNHA

Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Pontifícia Universidade Católica de Goiás para a obtenção de grau de Mestre em Letras – Literatura e Crítica Literária aprovada em ____ de _____ de 2010, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof Dr. Divino José Pinto - PUC/GO
Presidente da Banca

Prof Dr. Goiamérico Felício Carneiro - UFG/GO
Professor Convidado

Prof Dr. Éris Antônio Oliveira - PUC/GO
Professor Convidado

À minha querida esposa, Maura Martins dos Reis,
pelo incentivo e amor a mim externados em meus
momentos de devaneios.

Agradeço a Deus pela força celeste em mim depositada, aos meus pais que sempre me incentivaram e acreditaram em minhas conquistas, ao professor Dr. Divino José Pinto pela paciência, orientação incontestada, e mais, pela amizade que só Deus há de recompensá-lo, e a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a feitura deste estudo.

O objeto literário é um estranho pião que só existe em movimento. Para fazer aparecer, é preciso um ato concreto, que se chama leitura, a ele dura o tempo que esta leitura durar. Fora disso só existem traços pretos no papel.

Jean Paul Sartre

PIMENTEL, Telmo de Maia. *HISTÓRIA E TRANSGIFURAÇÃO EM OS SERTÕES, DE EUCLIDES DA CUNHA*. 2010, 80f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Literatura e Crítica Literária. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010

RESUMO

O estudo a seguir se trata de uma leitura da obra *Os Sertões* de Euclides da Cunha na qual trataremos à tona, dentre outras preocupações da crítica, os problemas da ficção, de modo geral refletidos e elaborados no romance moderno, a estreita relação entre a História e a Literatura, bem como, a passagem do histórico para o narrativo-historial. Somado a isso, iremos discutir a dessemantização da palavra, o esvaziamento do código, os tropos do discurso ou a mudança de direção que houve no enfoque dos fatos, para então podermos verificar todo aspecto metafórico que envolve as três partes da obra, “Terra, Homem e Luta”. Nosso intuito é lançar luzes sobre a literariedade em *Os Sertões*, de como o narrador euclidiano, movido por raríssimo talento artístico aborda a questão do imaginário do sertanejo, de Antônio Conselheiro e da República a fim de que possamos detectar certas convicções que se nos apresentam insondáveis à luz do discurso historiográfico, mas que, recorrendo ao discurso mítico-romanesco, novas hipóteses são aventadas, como os porquês da não entrega, da não rendição, do heroísmo, do fundamentalismo tão presentes na obra em análise. Destarte, propomos uma possibilidade de leitura em uma obra cuja complexidade de análise e discussão é um oceano intransponível e inesgotável, capaz de transcender o tempo e a própria História.

PALAVRAS-CHAVE: História. Transfiguração. Historial. Tropos. Sertões.

ABSTRACT

The following study intends highlight a reading of the book *Os Sertões* by Euclides da Cunha, in which We will bring to the surface, among other critical concerns, problems of fiction, generally reflected and elaborated in the modern novel, the closed relationship between History and Literature, as well as the passage of history to the narrative-fictional . Added to this, we will discuss dessemantization of the word, emptying the code, the tropes of speech or change of direction that was focused on the facts, so we can verify as that the metaphorical aspect involves the three parts of the book, "Earth, Man and Fight. Our intention is to shed light on the literariness in *Os Sertões*, as the euclidean narrator driven by rare artistic talent deals with the backcountry imaginary, Antonio Conselheiro and the Republic so that we can detect certain convictions before us unfathomable in the light of the historiographical discourse, but that, using the mythical and fictional discourse, new hypotheses are suggested, as the reasons of non delivery, no surrender, heroism, fundamentalism as present in the analyzed work. Thus, we propose a possible reading in a work whose complexity analysis and discussion is an impassable ocean, inexhaustible, capable of transcending time and history itself.

KEYWORDS: History. Transfiguration. Fictional. Troposs. Sertões.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO I	
EUCLIDES DA CUNHA E A LEITURA DE OUTRO BRASIL ATRAVÉS DE OS SERTÕES	12
1.1 A miscigenação entre o Brasil oficial e ofícios.....	19
1.2 A República euclidiana: caminhos e descaminhos.....	26
1.3 Literatura e Ciência: confluências e divergências	32
CAPÍTULO II	
EXPERIÊNCIA E INVENÇÃO LITERÁRIA COMO METÁFORA DA HISTÓRIA	38
2.1. A história e o historial.	38
2.2. Um arcabouço intelectual.....	40
2.3. Ficção e identidade social	44
2.4. Literatura e História em <i>Os Sertões</i> : fronteiras	48
CAPÍTULO III	
A ÉPICA, A TRAGÉDIA E A IRONIA EM OS SERTÕES.....	54
3.1. O sertanejo como herói nacional.....	54
3.2. Antônio Conselheiro e a reinvenção do imaginário e da religiosidade popular ..	55
3.3. <i>Os Sertões</i> : Nuances do romance histórico e transfiguração literária.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS.....	64

INTRODUÇÃO

A prosa de Euclides da Cunha talvez represente o máximo envolvimento possível entre literatura e outras áreas das ciências humanas, em especial, a sociologia, a história e a antropologia. Positivista convicto ele procura demonstrar suas teses, em uma abordagem cientificista, com a devida fundamentação teórica, empregando os termos próprios das ciências naturais e sociais. Por outro lado, sua linguagem é artística e criativa, correspondente à prosa da época.

O presente estudo visa apresentar uma leitura desta obra-prima de Euclides da Cunha, atentando para certos aspectos em especial. Para tanto, buscaremos em muitas abordagens, incluindo a hermenêutica, o suporte e o fundamento para nossas ponderações, visto que compartilhamos do pensamento de Foucault (1992) quando ele afirma que “interpretar constitui a técnica mais comum para dizer o verdadeiro” Em outras palavras, a realidade parece mesmo ser fruto do poder da interpretação e o mundo todo é uma grande linguagem a ser desvendado por repetições sem fim de interpretações.

Nesse sentido, será feito um estudo da obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, ressaltando alguns pontos relevantes que nela serão apreciados, servindo de fonte para discussão e análise interpretativa à luz de teorias que julgarmos imprescindíveis, como a Historiografia literária, a história e a Literatura. Em linhas gerais, será feita uma análise comparativa, valorizando o aspecto histórico, o cultural e o discursivo, na busca de apreender o processo de como se dá em *Os Sertões* a leitura de dois Brasis, de como se processa a passagem do histórico para o historial pela força da metáfora e do imaginário artístico, momento em que serão comparados os textos jornalísticos escritos por Euclides, na qualidade de correspondente do jornal o Estado de São Paulo na cobertura da Guerra de Canudos, o seu estilo rebuscado beirando os postulados parnasianos, com rebuscamento retórico como o fizeram Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e outros

brasileiros. Tudo isto demonstrado com passagens retiradas da obra em análise que sirvam para evidenciar os limites entre a historiografia e o imaginário.

Além disso, pretende-se aqui discutir o modo como Euclides articula, na linguagem própria da literatura, os elementos da realidade circundante aos do universo artístico, traduzindo tudo isso em discurso estético pela força significativa do devaneio. Será visto como a palavra lapidada com engenho e arte, isto é, por meio de uma “trapaça lingüística” que a desvia de seu curso denotativo, atribuindo-lhe sentidos articulados, criando tipos representativos, histórica e ideologicamente que têm, ao longo do tempo, conseguido, mesmo na aparente inverdade do discurso, evidenciar os pormenores que cercaram o massacre do homem sertanejo nos sertões da Bahia. É este murmurar artístico capaz de transcender o tempo e a própria história, gerações após gerações, que será colocado em evidência. Em relação a isso Gastón Bachelard dirá:

[...] De fato, parece-nos incontestável que uma palavra permanece ligada aos mais longínquos, aos mais obscuros desejos que animam, em suas profundezas, o psiquismo humano. O inconsciente murmura ininterruptamente, e é escutando esse murmurar que logramos aprender-lhe a verdade. [...] (BACHELARD, 2006, p.55)

É esta palavra em estado de dessemantização que possibilitou o salto que o narrador Euclidiano, mesclando o jornalista e o literato, logrou construir, de tal forma, magistral, que a verdade foi muito mais perceptiva na ficção do que em suas reportagens que enviava constantemente sobre os fatos presenciados para o jornal o Estado de São Paulo.

Guiados por esta ótica, mostraremos que a narrativa em *Os Sertões* parte da narrativa jornalística, mas de pronto, se reveste de uma intertextualidade que se estende para o diálogo e a quebra de limites entre os gêneros que faz surgir no discurso artístico, revelando, por conseguinte a face de um escritor que põe em questão as dimensões da palavra “verdade”, principalmente aquela que atendia aos interesses da hegemonia política e capitalista da época. Assim, *Os Sertões* é uma obra em que a ciência, a história e o artístico oscilam no romance de múltiplas faces, uma dessas obras que só é possível graças à genialidade deste que se inscreve entre os maiores expoentes da Literatura universal. A este respeito Luiz Costa Lima salienta:

[...] Euclides seria pois cientista por sua fidelidade factual, historiador por sua fidelidade aos fatos e romancista pelo tom épico-trágico que empresta sobretudo a “Luta” ... Ficcional pelo qual teria optado desde que intencionou usar assim as palavras. [...] (LIMA,1997, p.132)

São nesses limites entre o histórico e o artístico ou a historiografia e o imaginário, nem sempre possíveis de serem percebidos sem um olhar atento, que mostraremos, neste estudo, a estreita relação entre as linguagens da História e da Literatura. Assim, será mister afirmar que *Os Sertões*, além da leitura a ele aplicada, como romance histórico, não só admite como requer mais: o esvaziamento do código, a transfiguração, a purificação e o ressoar de uma linguagem liberta da tradição linear e histórica, subverte e instaura novas possibilidades por intermédio da criação artística.

Os tropos do discurso, alimentados pela mudança de direção que houve no enfoque dos fatos, nos permitem verificar todo o escopo metafórico que envolve as três partes da obra, (Terra, Homem e Luta). Eles dão mostra da forma com que Euclides manipula o imaginário, destacando os fatores ideológicos como elemento propulsor de toda a rede de intrigas que possibilitaram os conflitos que, ao mesmo tempo, que revelam o fanatismo religioso, também mostra a covardia de um exército que, em vez de proteger os menos favorecidos, os aniquilou e excluiu. O imaginário de uma república opressora e avassaladora, a serviço de uma nova ordem capitalista que se instalava no mundo, causando um mal-estar social jamais visto na história, e ainda, o imaginário de Conselheiro e dos sertanejos, contrapostos a toda essa avalanche de que lhes cai sobre os ombros.

Detectar e refletir sobre alguns porquês como a não entrega, a não rendição, o heroísmo, o fundamentalismo verificáveis em *Os Sertões*, é parte importante do que se propõe nesta dissertação. Com esse gesto, pretende-se, modestamente, contribuir com mais um olhar que possa ser útil para a comunidade científica e todos os que almejem aumentar o conhecimento acerca de uma das mais fantásticas e complexas obras literárias brasileiras de todos os tempos. Concitar a um mergulho nas entrelinhas do enredo, bem como perceber certos passos da elaboração artístico-linguística, vislumbrar novos ângulos do episódio denominado A Guerra de Canudos, pode nos proporcionar uma visão que

transcenda à leitura de um simples evento ocorrido na instalação da República Brasileira. Com Euclides da Cunha, o brasileiro de outras regiões do País pode visualizar outros significados do termo sertão, uma estranha pátria sem dono, abandonada pelas leis e instituições, que faziam do homem sertanejo um ser obrigado a viver subjugado aos latifundiários. É no fazer artístico de Euclides que visualizamos nessas plagas o reflexo da loucura, da barbárie, da insanidade e da ausência de amor, principalmente o da pátria republicana com seus filhos, legítimos patriotas, amantes de uma pequena e talvez insignificante, porção de terra que ignorando tal sentimento os exterminou.

CAPÍTULO I

EUCLIDES DA CUNHA E A LEITURA DE OUTRO BRASIL ATRAVÉS DE OS SERTÕES

Escrito há mais de um século, *Os Sertões*, é um marco da cultura literária brasileira. Romance polêmico, traz à baila aspectos relevantes da nossa história, memória e tradição, através da arte literária. Tem sido considerada, ao longo do tempo, uma obra essencialmente nacional, a desvelar um Brasil histórico e historial, profundo e autêntico. Contudo, haverá sempre a necessidade de se questionar as conflituosas relações conceituais envolvendo os vocábulos sertão e nação existentes no pensamento de Euclides da Cunha, de que forma o jornalista/escritor constrói o mito da brasilidade sertaneja, revestido de aspectos épicos e dramáticos.

Em 2002, por ocasião do primeiro centenário da publicação d' *Os Sertões*, conheceu-se um número vultoso de comentários e comemorações, extrapolando os liames das ciência literárias, estendendo-se a outras ciências. Vale ressaltar que, não faz muito tempo, surgiu um suposto cânone da cultura literária brasileira em que, curiosamente, *Os Sertões* figura de forma unânime em primeiro lugar como o livro fundamental para a compreensão da formação histórica de nosso País. Neste sentido, segue-se uma tendência da crítica literária que ao longo do século XX se debruçou sobre a obra euclidiana, desde suas primeiras leituras, colocando *Os Sertões* e seu autor na condição de pilares legítimos como construtores da nação brasileira.

Ao longo da última década, motivados talvez pela lembrança do centenário do massacre de Canudos, surgiram vários estudos em que, direta ou indiretamente, Euclides da Cunha foi revisitado, abrindo caminho para novas possibilidades interpretativas. Mas, para além de todo debate formalista, de um lado, e sociológico, de outro, sobre *Os Sertões*, o que aponta esta pesquisa como mais marcante é a estreita relação que se estabeleceu entre autor, obra e a própria ideia que fazemos acerca da brasilidade, principalmente através da experiência e invenção descortinada pela ficção literária.

Sabe-se que a visão euclidiana de mundo, um homem que chegou ao alto sertão da Bahia, com a incumbência de noticiar para um periódico sulista os derradeiros momentos do massacre dos sertanejos de Antonio Conselheiro, estava profundamente mergulhada nos pressupostos advindos do credo cientificista, isto é: evolucionismo, determinismos, crença na ação do clima e da biologia, redundando numa supervalorização dos pressupostos positivistas. Por esse caminho, o conceito de sertão era compreendido da forma mais pejorativa possível, desqualificando a terra e a humanidade a ela relacionada, reconhecendo neles a impossibilidade de qualquer desenvolvimento rumo à tão propalada civilização. Euclides, tal qual boa parte dos intelectuais daquela época, compartilhava desta mentalidade, acreditando que ela possibilitaria uma maior compreensão da realidade do País. O sertão era percebido como território da barbárie, marcadamente ilustrado pela desordem tal como o concebera a elite imperial e o estrangeiro. A idéia de sertão sintetizava a representação do outro, indesejado e distante, símbolo daquilo que não se poderia conceber como nacional.

Os intérpretes da Literatura brasileira têm afirmado, reiteradamente, ser Euclides da Cunha, uma figura avessa ao cosmopolitismo e à agitação da *Belle Époque* carioca. Esse é, em princípio, quase um paradoxo, em contraste à personalidade de um intelectual que se notabilizou como defensor dos mais altos ideais do progresso e da civilização.

Brito Broca (1956) afirma: "Nessa época em que todo mundo delirava por Paris, Euclides da Cunha colocava-se justamente em posição contrária ao padrão de sociabilidade mais vulgar dentre o meio intelectual da época". No entanto, não será possível afirmar peremptoriamente que Cunha fosse só um arraigado simpatizante das causas sertanejas. Perpassa o seu discurso também a negação do sertão como elemento de concepção de nossa nacionalidade. O repórter que chegou ao arraial do Belo Monte não diferia aparentemente em nada dos outros que, como ele, narravam, para uma elite civilizada do litoral, a vitória da República contra o "atraso", a "doença" e a "barbárie". Dessa forma, a concepção de nação posta por Euclides da Cunha, alinhava-se, de algum modo, à nação republicana, tão alardeada nos primórdios desse regime. Por essa concepção, a ideia de nação materializou-se na construção do regime republicano e com a invenção de um imaginário apropriado à nova ordem que se diferenciava da velha, corroborando com o esquecimento dos

símbolos da monarquia. Por isso mesmo, parece ponderável dizer que Cunha também sonhava com uma república, mas que, dificilmente haveria de existir.

Ecoava em seu pensamento, a exemplo do que ocorria com muitos outros intelectuais, um certo clima de devoção à nação republicana, lutando contra a monstruosa ameaça do núcleo monarquista dos “fanáticos sertanejos”. Contudo, a imagem de Canudos como “monstro terrível”, não passava, na verdade, de uma construção, arditamente arquitetada pela imprensa das capitais litorâneas. Será essa imprensa a principal responsável por enaltecer o poder das mitologias políticas que plantava fatos e disseminava, com alarde, o que se convencionou chamar de “espírito conspiratório”, forjando imagens e informações, construídas e manipuladas por grupos interessados no controle do imaginário. Essa forma de atuação da imprensa, aliás, parece ainda muito viva, e atuante, em nossos dias. O arraial do Conselheiro seria, nessa perspectiva, a tradução da barbárie, a perfeita encarnação do mal. Neste sentido, o pensamento de Cunha se aproxima da concepção de sertão pautada no nível do senso comum. Depreende daí, talvez, a grande importância de Euclides da Cunha e seu livro, posto que, paradoxalmente é com eles que se manifesta um profundo exame da consciência nacional brasileira, com elevado grau de neutralidade que faz aflorar o pensamento individual e a consciência coletiva.

Portanto, não se pode afirmar, de forma alguma, que antes da experiência de Canudos, Euclides da Cunha e a intelectualidade da época já haviam formalizado a mitologia da brasilidade sertaneja. No próprio pensamento euclidiano este processo — a convivência do sertão com a nação — se apresentava extremamente conflituoso. Todavia, é do âmago desta cultura que se erguerá uma nova imagem do sertão. Na linha de frente desta metamorfose encontramos Euclides da Cunha e seu livro, simbolizando o momento de maior tensão na inflexão sofrida no interior do imaginário.

Num país onde, de tempos em tempos, se tem a sensação da redescoberta, qualquer análise que se queira fazer sobre a sua realidade acaba passando pela obra *Os Sertões*. Neste percurso interpretativo, as polêmicas em torno da obra se avolumam por diversas vias, discutem-se desde as questões acerca do caráter ficcional, sociológico até jornalístico da obra. Tais polêmicas, embora muitos as considerem ultrapassadas, continuam alimentando um sem número de pesquisas reveladoras que dizem respeito à concepção de história, de

linguagem e, especialmente, do imaginário e da identidade brasileiros. Daí a pertinência em afirmar sempre da importância deste livro que, por si só, é um objeto interessante. Decorre dessa ideia a assertiva de que, boa parte da imagem que até hoje o brasileiro faz de si mesmo está fundada, sem dúvida, em *Os Sertões*. A palavra sertão se consolida, cada vez mais, como sinônimo de brasilidade. No entanto, afirma, com outras palavras, Flávio Kothe (2003), em seu *Cânone Republicano*, que a discussão sobre as relações entre o objeto confesso do livro de Cunha — o sertão — e a nação que permaneceu escamoteada em virtude das questões possivelmente maiores, às quais os intérpretes preferiram se ater, já que, sendo a nação um dado, não se discute o caráter brasileiro da obra e do autor.

Detêm-se em alguns aspectos do percurso que as categorias sertão e nação representaram no pensamento euclidiano nas épocas anteriores à construção de *Os Sertões*, o que faz desta trajetória, uma discussão profundamente marcada por contradições e dilemas. Euclides da Cunha, portanto, será sempre uma figura interessante e conturbada, especialmente porque se revela em seus postulados e posições, um verdadeiro modelo de intelectualidade militante que mistura a crença nos poderes irreversíveis da civilização e a pujança natural do sertão. Sua formação intelectual, centrada nos preceitos e crenças de uma visão de mundo cientificista, instrumentaliza-o com um sofisticado poder de análise da realidade do Brasil que se revela para si mesmo. Porém, percebe-se, ao mesmo tempo, uma dualidade euclidiana: de um lado, o cientista, de outro, um romântico a contemplar a natureza como se esta fosse à única possibilidade de redenção às dificuldades geradas pela vida moderna. Seu lado romântico se faz notar, tanto no plano simbólico, quanto na dimensão lírica que traz à luz a face de sua psique conflituosa. Portanto, imaginando e vivendo a ideia de sertão e de nação, estamos diante de alguém que carregou dentro de si o século XIX, sintetizando na sua alma ciência e fé, utopia e ceticismo.

Ante ao que se observou até agora, faz-se notório uma ambiguidade em Euclides da Cunha e sua obra *Os Sertões*, ambiguidade que evolui para diferença, beirando a contradição entre a concepção de História, sertão, imaginário, identidade, considerando os elementos externos da realidade, mas, preferencialmente os elementos constantes da dimensão inconsciente, portanto, internos. Esta análise objetiva principalmente captar este elemento interno, composto pela imaginação e feito essencialmente de linguagem. Da interpretação desta questão, no interior da narrativa d'*Os Sertões*, espera-se que se possa constatar, pelo binômio

histórico/historial, a cristalização dos elementos constitutivos do sertão, da nação, do homem e da luta, pela transfiguração de uma realidade naturalmente plural.

Uma leitura inevitável d'*Os Sertões* como narrativa, nominada por uns de romance histórico, por outros de novela naturalista e por outros tantos leitores e nomenclatura, diz respeito à evidência de que se trata de um texto banhado pelas águas do cientificismo. A própria estrutura do livro, aliás, é construída seguindo o modelo de inteligibilidade de Hipolite Taine, considerando o tripé, raça, meio e momento. A disposição da narrativa: a Terra, o Homem e a Luta, aponta para uma intertextualidade que aproxima Literatura e pressupostos científicos. Nota-se, ainda, n'*Os Sertões*, um viés futurista no qual vem à luz a crença no progresso, fato que se registra repetidas vezes, reforçando a sua herança da visão de mundo típica da civilização afeita à ciência do século XIX.

O trecho abaixo, constante das Notas Preliminares, quando da publicação de *Os Sertões*, enuncia essa perspectiva teleológica, fundamental à visão de mundo cientificista:

A civilização avançará nos sertões impelida por essa implacável força motriz da história que Gumpowicz, maior do que Hobbes, lobrigou, num lance genial, no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes". (CUNHA, 1901, s. p.)

Observando a estrutura do livro, perceber-se-á, tacitamente, os três pontos acima mencionados. A narrativa assim se encadeia: as construções imaginárias, inicialmente de uma espacialidade nacional, em seguida o advento de um tipo étnico que encarna a nação - o sertanejo – para, finalmente, a luta. Esse conflito que fará da República, elemento que até então simbolizava, de algum modo, a idéia de nacionalidade para o jornalista Euclides da Cunha, presente no caso da tragédia, se converte em algoz daqueles que, mais e mais se firmam como verdadeiros pioneiros, brasileiros na essência.

A atmosfera existencial, a partir desse ponto vai-se revelando cada vez mais densa, posto que, paralelo à constatação do destino deste progresso inevitável, ao lado de uma exuberância e esplendor da natureza, temos cada vez mais exíguo o espaço do homem. Ele será infinitamente menor do que aquilo que o rodeia. Tão formidáveis são as forças que se opõem a esse homem que ele jamais lhes servirá

de páreo e, por conseguinte, não triunfará, embora venha a resistir, com imensa bravura, conforme o seu caráter épico. O brasileiro vai sendo desenhado no romance euclidiano, paradoxalmente, como forte, pela sua coragem e espírito de enfrentamento, mas, ao mesmo tempo fraco, pelo seu caráter selvagem e errante, que se tomba diante dos obstáculos da natureza e não obtém êxito ante a civilização.

De certo modo, esta é uma crença que gera naquele que dela partilha, uma angústia desoladora, porque ela lança dúvidas sobre a evolução da brasilidade, concebendo uma muito mais em função de uma espacialidade, com natureza exuberante e peculiar, mas com um homem subjugado, pela existência de duas nações contrapostas em uma só: a sertaneja e a litorânea, civilizada. Por outro lado, a paisagem sertaneja e a própria movimentação das peças humanas projetadas em *Os Sertões*, longe de ser uma terra ignota, é uma construção simbólica em que se pode vislumbrar um cenário no qual se movimenta dois eventos cuidadosamente descritos por Cunha: o martírio e a conseqüente redenção. Depreende-se daí, um inequívoco diálogo com o texto sagrado dos cristãos, sutilmente sugerido em sua maneira realista de descrevê-la. A própria dimensão messiânica de Conselheiro já indica isso e a atitude daquele povo, em geral, complementa o processo alegórico. Destarte, o sertão da primeira parte do livro é, fundamentalmente, a terra da provação e do desafio, visão notória no fechamento do primeiro capítulo do livro: "O martírio do homem, ali, é o reflexo de tortura maior, mais ampla, abrangendo a economia geral a vida", (CUNHA, 2008, p.172).

Chama a atenção, o procedimento narrativo nesta parte do romance, principalmente no que tange à adjetivação. A natureza imaginada e chamada por sertão, se nos apresenta como um cenário que transborda em riqueza de imagens. Certos pontos da narrativa ilustram, com propriedade, esses dizeres:

E por mais inexperto que seja o observador — ao deixar as respectivas majestosas, que se desdobram ao Sul, trocando-as pelos cenários emocionantes daquela natureza torturada, tem a impressão persistente de calcar o fundo recém-sublevado de um mar extinto, tendo ainda estereotipada naquelas camadas rígidas a agitação das ondas e das voragens (CUNHA, 2008, p. 194).

Aqui, a paisagem sertaneja é a configuração performativa do martírio. Sua aparição revela o ambiente de desolação que se tornou aquele lugar, contado pelo narrador euclidiano com elegância tal que põe num mesmo plano o homem do Sul e o nordestino, sertanejo naquele espaço de miséria, cuja ideia tem seu ápice na dolorosa expressão “mar extinto”, em que o adjetivo *extinto* contracena com o substantivo *mar*, potencializando sua grandeza, neste caso, negativamente.

Outro trecho traz o adjetivo *desnuda* aparece qualificando o substantivo *terra* e, a exemplo do que ocorre com o substantivo *mar* do excerto anterior, irá gerar uma ideia de amplidão, também negativa, o esvaziamento total:

A terra desnuda tendo contrapostas, em permanente conflito, as capacidades emissiva e absorvente dos materiais que a formam, do mesmo passo armazena os ardores das soalheiras e deles se esgota, de improviso. Insola-se e enregela-se, em vinte e quatro horas. Fere-a o sol e ela absorve-lhe os raios, e multiplica-os e reflete-os, e refrata-os, num reverberar ofuscante: pelo topo dos cerros, pelo esbarrancado das encostas, incendeiam-se as acendalhas da sílica fraturada, rebrilhantes, numa trama vibrátil de centelhas; a atmosfera junto ao chão vibra num ondular vivíssimo de bocas de fornalha em que se pressente visível, no expandir das colunas aquecidas, a efervescência dos ares; e o dia, incomparável no fulgor, fulmina a natureza silenciosa, em cujo seio se abate, imóvel, na quietude de um longo espasmo, a gargalhada sem folhas da flora sucumbida. (CUNHA, 2008, p. 347).

Tem-se aqui a imagem do deserto bíblico refletida no sertão criado, literariamente, por Euclides da Cunha. É neste processo de experiência e invenção pelo viés do cosmos literário, que será forjada toda uma paisagem nacional, substancialmente distinta das paisagens projetadas até então, mormente aquela de que tanto falaram os nossos escritores do período romântico, especialmente José de Alencar. Contrapondo-se a esse espírito romântico, cujo ritmo narrativo nos remete a uma impressão de completa lentidão, exuberância da natureza e imobilidade temporal, faz-se mister observar outra passagem bastante ilustrativa:

Ajusta-se sobre os sertões o cautério das secas; esterilizam-se os ares urentes; empedra-se o chão, gretando, recrestado; ruge o Nordeste nos ermos; e, como um cilício dilacerador, a caatinga estende sobre a terra as ramagens de espinhos (CUNHA, 2008, p. 214).

A partir do fenômeno, *Os Sertões*, percebe-se a delimitação do conceito de sertão articulado essencialmente à Região Nordeste e, mais especificamente, nota-se algo mais significativo que foi o processo de identificação básica da idéia de sertão com a simbologia referente ao deserto (uma espécie de completa desertificação no significado da palavra). Isso tudo condiz com nossa proposta de analisar esse esvaziamento do signo, essa significação pela ausência.

Embora a etimologia da palavra *sertão* nos autorize a impingir-lhe tal significado, cabe lembrar que esse entendimento tem gerado controvérsias, uma que o processo de restrição semântica que a obra euclidiana impõe sobre o vocábulo é, às vezes, recebida por grande parte dos leitores, inclusive entre aqueles considerados mais qualificados linguisticamente, como uma espécie de exagero realista, que remete à aridez plena. Por outro lado, não podemos deixar de negar que esta imagem do sertão, apesar das manipulações e da inércia das autoridades, com os anos passou a gerar no seio da sociedade brasileira uma inquietação, deixando bem claro onde o descompasso com a civilização é mais evidente. Há que se considerar ainda que, esteticamente, a imagem criada por Euclides da Cunha é de uma robustez singular, ou seja, o signo vazio preenche nossos olhos com uma imagem encorpada, própria da exuberância sertaneja euclidiana.

1.1. A miscigenação: entre o Brasil oficial e o oficioso.

Na parte do romance euclidiano, intitulada *A Terra*, persiste o problema inerente ao olhar do descobridor, resquícios do modelo romântico, que se pauta pela observação, a distância, de sua descoberta. Nota-se que, mesmo que o jornalista/escritor se esforce por afastar desta postura, sua condição de intelectual atrelado, por circunstâncias várias a essa forma de conceber a nação brasileira, predominante no imaginário da intelectualidade litorânea, tornava impossível a realização de um movimento que transcendesse e rompesse, por completo, certos preconceitos arraigados na visão de mundo de nossos pensadores. Assim, ele se comporta como um cientista, buscando soluções para os problemas que afligem a terra e vê na ação humana, diante dela, o fator maior de devastação; o homem fazendo com as próprias mãos os seus desertos, tanto exterior quanto interior. Dois problemas parecem encontrar repercussão nessa postura de Cunha com relação ao elemento *terra*. O primeiro, diz respeito à chamada de uma discussão mais séria

para a questão do latifúndio no Brasil, e o segundo, trata-se postura ecológica que, profeticamente, Euclides da Cunha já esboça ao realizar um diagnóstico da situação dos sertões do Norte na intenção de propor saídas, sem dúvida já naquela época possíveis, devido aos grandes avanços técnicos. Neste ponto, seu narrador faz exalar um sonho com um sertão verde e exuberante.

Isto se dá em meio à visão de um cenário no qual o sertanejo é, alegoricamente, a realidade crua do sacrifício. Os "rudes patrícios que por ali se agitam" (CUNHA, 2008, p. 413). Sobrevivendo ao abandono e descaso impostos pela nação, sob as intempéries de clima abrasador que, pouco a pouco, aniquilaria qualquer possibilidade de civilização. Estes sertanejos dão corpo a uma grande pergunta ainda sem resposta: como um povo nestas condições pode resistir por tanto tempo o enorme poderio do exército? A resposta, apesar de já sugerida em alguns momentos na primeira parte do livro, vem no decorrer dos dois outros de seus capítulos e será objeto de nossas inquirições neste trabalho.

Na parte chamada *O Homem*, Euclides da Cunha funda, esteticamente, a imagem do homem nacional. Esta é a parte do livro que, seguramente, mais chama a atenção pelo fato de ela se nos apresentar como uma escrita dentro de outra escrita, pelas suas peculiaridades, por isso mesmo, contraditória e complexa. Ela é assim porque dialoga com as conjecturas do primeiro capítulo pela via da visão determinista e, depois, porque é somado agora a esse determinismo o viés biológico da concepção comteana de mundo, pensamento herdado das teses racialistas desenvolvidas e amplamente propagadas nessa época.

Euclides da Cunha parte assim da premissa da não unidade racial em nosso País, tese que até hoje alimenta tantas outras que afirmam, cada uma ao seu modo, não haver um tipo antropológico que mereça ser qualificado como brasileiro. Há ainda hoje uma ideia de que uma nação de mestiços nunca alcançará a civilização. Mas esta soa claramente racista e determinista extremada, posto ser ela prontamente combatida por outras que concebem o processo civilizatório brasileiro como um evento social de características especiais, digno de ser abordado com um olhar que ainda não se apurou o suficiente para emitir qualquer juízo conclusivo sobre ele.

A passagem de *Os Sertões* chamada "Um parêntesis irritante", nos fornece material linguístico suficiente para percebermos a presença de uma visão fortemente assentada nos pressupostos deterministas de caráter biológico:

A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso (CUNHA, 2008, p. 141)

Neste ponto do romance ocorre uma espécie de mapeamento dos tipos de mestiços existentes no Brasil, estabelecendo uma distinção qualitativamente fundamental, que separa os mestiços do litoral e os do sertão, lançando sobre eles um olhar diferenciado, momento em que será sugerida a superioridade do mestiço sertanejo sobre aquele existente no litoral. Nesse sentido, temos n'*Os Sertões*, pelo menos neste trecho da obra, um esforço que aponta para a subversão das teses científicas, reinantes até então, que negavam qualquer possibilidade de avaliação positiva quando o assunto era o fenômeno do cruzamento de raças.

Vale lembrar que a visão negativa sobre o mundo americano era já bastante antiga, todavia no século XIX, ela foi amplamente comentada pela intelectualidade da época. Estas referências sobre o Brasil causavam enorme desconforto à intelectualidade, quando da aplicação destas teorias raciais à realidade do contexto local. E se a questão racial era um dos critérios, senão o mais importante, um dos mais significativos para se estabelecer a identidade nacional, foi realmente um trabalho intelectual bastante difícil superar a carga extremamente negativa imposta pelo velho continente sobre a questão racial.

O romance de Euclides da Cunha destaca que o mestiço do litoral — identificado fundamentalmente com o mulato, fruto do cruzamento entre brancos e negros — foi imaginado como este mestiço degenerado e fraco, e por esse motivo, inevitavelmente, fadado a desaparecer. Enquanto fruto de um processo histórico distinto, o ser híbrido formado sob o sol dos sertões interiores da terra adquirira, ao longo dos séculos, uma feição própria, distinta e positiva. Numa das passagens mais conhecidas do livro, esses aspectos são ressaltados:

Porque ali ficaram, inteiramente divorciados do resto do Brasil e do mundo, murados a leste pela Serra Geral, tolhidos no ocidente pelos amplos campos gerais, que se desatam para o Piauí e que ainda hoje o sertanejo acredita sem fins. O meio atraía-os e guardava-os. As estradas de um e outro lado da meridiana, impróprias à dispersão, facilitavam antes o entrelaçamento dos extremos do país. Ligavam-nos no espaço e no tempo. Estabelecendo no interior a contiguidade de povoamento, que faltava ainda em parte na costa, e surgindo entre os nortistas, que lutavam pela autonomia da pátria nascente, e os sulistas, que lhe alargavam a área, abastecendo-os por igual com as fartas boiadas que subiam para o vale do

rio das Velhas ou desciam até as cabeceiras do Parnaíba, aquela rude sociedade, incompreendida e olvidada, era o cerne vigoroso da nossa nacionalidade. (...) Raça forte e antiga, de caracteres definidos e imutáveis mesmo nas maiores crises — quando a roupa de couro do vaqueiro se faz a armadura flexível do jagunço — oriunda de elementos convergentes de todos os pontos, porém diversa das demais deste país, ela é inegavelmente um expressivo exemplo do quanto importam as reações do meio. Expandindo-se pelos sertões limítrofes ou próximos, de Goiás, Piauí, Maranhão, Ceará e Pernambuco, tem um caráter de originalidade completa expresso mesmo nas fundações que erigiu". (CUNHA, 2008, p.).

Evidencia-se nestes dizeres a presença de uma tese essencialista pela qual a compreensão do fenômeno da originalidade do sertanejo se expressa na função da possibilidade de surgimento de uma raça diferenciada das demais que, através do embate com o meio, fez-se forte, contrariando as teses raciais vigentes. O texto enfatizará mais à frente que "o sertanejo é antes de tudo um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral". As descrições dos tipos sertanejos com seus hábitos autênticos conduz, o leitor ou ao crítico, enxergar em Euclides a tentativa de, como um antropólogo, realizar a o registro da tradição de uma cultura à outra. Até mesmo as análises inevitavelmente céticas da religiosidade popular existente no sertão, não removeram no escritor a possibilidade de afirmar que nos sertões estavam os verdadeiros brasileiros, pelo menos em forma embrionária, carregando dentro de si a responsabilidade de fazer a nação. Assim, registra-se a concepção pela qual Euclides até então via o problema da Rebelião de Canudos. Embora não muito claramente, este trecho coloca-se no sentido de desmitificar a imagem que a propaganda republicana fizera de Canudos:

Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que pelejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço de nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimo; respingando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos. (CUNHA, 2008, p. 396).

Configura-se o interior como lugar do esquecimento e, por isso mesmo, onde a brasilidade se implantou protegida da degradação e estrangeirismo do litoral. Só assim pode se projetar o Brasil profundo e autêntico! A mitologia sertaneja emerge, portanto, como representação possível do sonho rural, da Arcádia e da terra, fonte redescoberta de toda verdade e de todo renascimento. O surgimento deste mito estrutura-se a partir da visão "em torno da qual ele é um passado exemplar, onde o contato imediato com a terra protege o homem da degradação do tempo, associa-o aos grandes ritmos da natureza, assegura-lhe as condições de uma vida autêntica, liberta de toda falsa aparência e de todo subterfúgio". Neste sentido, o sertanejo — por assim dizer, o homem do campo — é concebido como alguém que conhece a medida do tempo, do qual cada gesto comporta uma plenitude de significação, e sabe instintivamente discernir os domínios de cada realidade.

Em decorrência, a partir da oposição estrutural entre campo e cidade, surge neste contexto perfeito exemplo de como estes significados de pureza e essencialidade ligaram-se ao conceito de sertão naquele período, enquanto as cidades do litoral eram imaginadas como sombrias e promíscuas, elementos que impossibilitavam a construção da brasilidade. Desta maneira, o esquecimento que o País impunha ao sertão fora, de certa forma, benéfico, pois gerou condições de que sob o sol sertanejo se forjasse uma gente original que, no imaginário de uma geração, passou a expressar a alma nacional. No sertão o tempo corre de outra forma, com outro ritmo e dimensão. É um tempo imobilizado, o tempo das origens cosmogônicas e imemoriais da nação. Euclides fez explicitamente referência a esta perspectiva de temporalidade imóvel, ao escrever que no sertão:

Tem-se a sensação esmagadora de uma imobilidade do tempo. A terra realiza a sua rotação eterna, os dias sucedem-se astronomicamente, mas mudam aqui. Parece que é o mesmo dia que se desdobra sobre nós — indefinido e sem horas — interrompido apenas pelas noites ardentes e tristes. E quando o sol dardeja alto, ardentíssimo num céu vazio, tem-se a impressão estranha de um *spleen* mais cruel do que o que se deriva dos nevoeiros de Londres; *spleen* tropical feito da exaustão de um organismo e do tédio ocasionado por uma vida sem variantes". (CUNHA, 2008, p.175).

É no sertão que houve a gestação e germinação do primeiro e puro brasileiro, aquele que, como Adão, foi a gênese de todos os outros homens. O

sertão, curiosa e contraditoriamente, firma-se como terra perdida. Sua imagem desertificada transforma-o no lugar das provações e martírios mais profundos. É nestas paragens que surge o mito brasileiro, este lugar além de ter gerado o primeiro brasileiro, gerou um ente que quer ascender-se à condição quase sobrenatural, um homem sublime. Acerca da estrutura desta mitologia, pode-se dizer que o sertanejo passou a encarnar, portanto, o sonho da limpidez, de comunhão, de efusão e de harmonia, revelado através do mito da idade do ouro. Um sonho de permanência — de um tempo solidificado, cristalizado, isto é, assim como na fábula do Capitão Gancho, o sertão é um mundo mágico — um mundo de relógios petrificados.

A parte do texto que aborda a guerra propriamente dita, apesar de ser a parte mais longa d'*Os Sertões*, direciona-se para o fato de que a civilização de empréstimo, como ele diz, cometeu um grande erro de avaliação e que a loucura e a barbárie, na verdade, existiram dos dois lados, como forças centrífugas a condenar toda aquela gente à destruição. Mas na essência da narrativa persiste, porém, a contradição estrutural do livro que é a de, ao mesmo tempo em que adjetiva o sertanejo como cerne da nacionalidade, o cientista, preso às amarras de seu credo, em vários momentos não consegue escapar dos preconceitos. Todavia, o que é mais significativo neste processo hermenêutico é que ele permaneceu em aberto e, por isso, possibilitando-nos inúmeras reavaliações. Torna-se mister enfatizar que, se pelo caminho da ciência do século XIX, *Os Sertões* encontra-se preso às concepções decorrentes de uma visão de mundo marcada por avaliações negativas sobre a terra e o homem do Brasil, pelo caminho do simbolismo mítico, com um substrato essencialmente romântico mesmo não declarado, mas parte integrante do imaginário de sua geração, ele supera os preconceitos e institui novas interpretações às teorias científicas vulgarizadas na época. O sertanejo é forte porque agrega na sua constituição histórica alguns fatores singulares: a reação ao meio arredo, a purificação existencial, resultado do martírio secular da terra e do isolamento de sua formação sócio-histórica e, o mais importante de tudo, encarna, de certa forma, como fruto de uma concepção romântica presente no livro, o estereótipo do bom selvagem rousseauiano. *Os Sertões*, vai além do que a concepção de um bom livro, reveste-se do melhor exemplo da consciência partida de uma geração na busca de sua identidade de povo e nação. Se em 1897 Euclides da Cunha chegou ao arraial de Canudos como mais um repórter, preso às visões

civilizadas do litoral sobre o sertão, o confronto com a trágica realidade revolucionou-o internamente, a ponto de transformar o livro em um manifesto a favor da memória dos heróicos seguidores do Conselheiro, afirmando a existência de uma brasilidade sertaneja, como algo essencial à formação histórica do Brasil.

O aspecto biográfico do escritor torna-se outra importante fonte para o estudo de seu pensamento, posto que a trajetória pessoal de Euclides é marcada pela égide da tristeza, da solidão, da angústia e do desencanto. A tragédia pessoal envolvendo seu casamento, cada vez mais vem sendo desnudada e humanizada na intenção de resgatar e rever-se a relação com sua mulher, Ana de Assis, como uma união marcada pela ausência dele e pela infelicidade dela. Inclusive, há uma legítima tentativa por parte da família de Ana de Assis em questionar mais seriamente a postura de esposo de Euclides, mostrando-o como alguém que não conseguiu ser feliz e dar felicidade à mulher; como se assim fosse possível justificar o adultério.

Este tema suscita interesse, até porque nas correspondências publicadas do escritor não se encontra qualquer indício maior de apego para com a mulher, denunciando um problema estrutural no relacionamento entre os dois. Todavia, a análise não se centrará nessa questão, pois o casamento que realmente faz sentido abordar aqui é outro, é o casamento que Euclides manteve paralelamente, por toda a vida, com o Brasil. União que, no início de sua trajetória intelectual, foi marcada por um arraigado sentimento utópico de esperança e felicidade, mesmo sendo o regime republicano algumas vezes motivo de críticas. Num artigo publicado no *O Estado de S. Paulo*, a 5 de abril de 1892, ele nos fala de um sonho:

Seguiremos para o século futuro, robustos e grandes; neste século, cuja deslumbrante grandeza escapa às mais ousadas deduções da sociologia, através das vitórias da ciência e da indústria, a pátria brasileira redimir-se-á; e obedecendo à grandeza do próprio destino assumirá a hegemonia das nações latinas...

Todo um século de inatividade será compensado em alguns anos de lutas civilizadoras — e um grande futuro será afinal absolvição para um passado estérico. (*O Estado de S. Paulo*, a 5 de abril de 1892)

A crença em um País melhor, civilizado, soberano e que trilhasse os rumos do progresso foi utopicamente compartilhada por toda uma geração de intelectuais, militantes como ele. Mas Euclides da Cunha foi alguém que, muito além das

contradições de seu pensamento, vivenciou o Brasil de forma radical, profunda e na mesma medida, porém, da maneira mais angustiante possível, talvez só encontrando paralelo na também polêmica personalidade de Lima Barreto.

1.2. A República euclidiana: caminhos e descaminhos.

Apesar de ser um Intelectual obstinado, Euclides não encontrou a realização profissional e nem sequer financeira na profissão que, meio a contragosto, escolhera. Como engenheiro, ele próprio se considerava um grande fracasso. Ao longo de sua vida, confessara inúmeras vezes seu descontentamento com a profissão que abraçara. Certa vez escreveu a seu amigo paulista, Reinaldo Porchat (1868-1953), que viria a ser o primeiro reitor da Universidade de São Paulo, lastimando "não ser médico — afinal", pois segundo acreditava, "havia de ser sempre um engenheiro medíocre". Além disso, a própria função de pedagogo, à qual recorreu Euclides objetivando ter certa estabilidade financeira, também, pelo que se pode imaginar, foi-lhe deveras um verdadeiro estorvo; da mesma forma que a vida militar, iniciada ainda bem jovem, na Escola de Engenharia da Praia Vermelha, onde, como se sabe, recebeu a primeira catequese positivista a partir das aulas de Benjamin Constant, foi, com os anos, parecendo-lhe algo igualmente terrível. Em correspondência datada de 27 de março de 1895, endereçada de Campanha, Euclides confia-se novamente ao seu fiel amigo Porchat, e diz: "Considero-me incapaz para a vida militar, incapaz fisicamente porque moralmente creio-me incompatível de há muito com ela".

Ao contrário do que muitos podem pensar, este desânimo que Euclides confessa aos amigos mais íntimos não foi fato isolado de determinado momento de sua vida. Ele que, como foi analisado em momento anterior, foi um dos nossos grandes profetas do republicanismo, chegando ao arraial de Canudos, em 1897, dando vivas à República e coisas do gênero, e da mesma forma, nos anos imediatamente anteriores ao golpe de 15 de novembro posicionou-se tão engajadamente contra o regime monárquico, no decorrer da vida, e mais acentuadamente nos últimos anos, olhou para a política e para o País com um imenso desalento. Euclides que se dizia tendo uma "feição serena de filho" pela República, logo se desencantou com ela. A República que não foi, logo nos

primeiros tempos da sua vigência histórica, mostrou-se ser algo que estava longe de realizar as promessas da propaganda que a ajudou derrubar o velho imperador.

As concepções utópicas de progresso e civilização que deveriam instaurar paralelamente à democracia e à cidadania, dando corpo definitivo à nação, não se realizaram. As grandes questões sociais continuaram esquecidas. Ao lado de dois governos militares que se instauraram no começo da República, uma crise financeira sem precedentes na história do País minavam os cofres públicos, aumentando os índices de pobreza e indigência. O Rio de Janeiro, capital federal, enquanto ainda não se tornava clara a hegemonia oligárquica, continuava a ser depósito de uma inoperante burocracia de Estado, agora encantada com as novas possibilidades que o novo regime oferecia. A elite em geral, como que retrospectivamente continuava acreditando que vivia um idílio no mundo de uma civilização feita de improviso. E o povo, as enormes massas rurais e urbanas, permanecia completamente alijado da cena política, bem como, por assim dizer, de qualquer forma de cidadania real. Educação e saúde eram, como ainda o são, setores abandonados pelo poder público. Na verdade, a substituição do velho regime pelo novo, na prática, não significou nada para a grande maioria das pessoas. A República cada vez mais foi se estruturando como um espaço de poder das oligarquias rurais, principalmente as do Sudeste, onde mais tarde a realidade da ideologia do regime se cristalizou na fala de um dos presidentes, que diziam sem peso algum na consciência que "a questão operária era um caso de polícia", desnudando a forma aristocrática com que o governo olhava a questão social.

Essa não era definitivamente a República dos sonhos daqueles intelectuais envolvidos com sua perfeita idealização. Paulatinamente estes iriam se retirando da cena política, e muitos deles isolaram-se nos ideários construídos por eles para diminuir a decepção e angústia. Mas outros não possuíam esta capacidade de abstração. Estavam envolvidos por demais com a construção da brasilidade, com a busca da identidade nacional. E seria para eles, como foi, algo terrível o simples virar de costas para o cenário político. Euclides da Cunha, neste ponto, pode ser visto como o grande paradigma desse desencanto. Uma comprovação do precoce desalento que o escritor passou a nutrir com a situação evidencia-se na carta enviada ao pai, com data de 14 de junho de 1890, oito meses após a Proclamação da República, onde há o seguinte desabafo: "desconfio muito que entramos no desmoralizado regime da especulação mais desensofrida e que

por aí se pensa em tudo, em tudo se cogita, menos na Pátria". (carta enviada ao pai, com data de 14 de junho de 1890)

Dois anos depois, a 7 de junho, novamente ao amigo Porchat dirá que não falaria nada "acerca da política porque" era coisa que não enchia um só minuto de sua vida; repetindo ao mesmo mais tarde o seguinte: "Quanto à política ... não falemos mais nisto; afastei-me inteiramente de tal assunto — compreendi afinal que nesta terra a política é a ocupação cômoda dos desocupados e só tenho um arrependimento sincero e profundo na vida: o ter-me, embora fracamente, me preocupado algum tempo com tal coisa".

Em assim sendo, ao contrário do que se costuma afirmar, o ceticismo com que Euclides passou a encarar as questões do País remontam, na verdade, a tempos bem anteriores à sua marcante experiência nos sertões da Bahia como repórter da tragédia de Canudos e, muito mais ainda, da própria construção do livro. Há aqui a necessidade de se insistir no caráter contraditório que a estrutura narrativa do livro possui naquilo que lhe é essencial, isto é, o problema da inserção do sertanejo no horizonte da nação. Percebe-se, inclusive, a indefinição inicial que se obtém da leitura do livro, se for considerado o problema ideológico do cientificismo que é o fator condicionante da estrutura narrativa da obra. Porém, lá no livro, como na intimidade do autor, não faltam tensões e dúvidas, contradições e problemas para alguém que, como Euclides, viveu intensamente as questões de seu tempo. Por esse aspecto, ele realmente sofreu e sofreu muito, vendo os seus sonhos militantes de mocidade se desmoronando, um a um. Em dezembro de 1901, mais ou menos na época em que dava fim à escritura d'*Os Sertões*, Euclides queixou-se enfaticamente a outro grande amigo, Francisco Escobar:

Neste país não há mais vitórias... Derrota e esborrachamento em toda linha, de Cucuí à Lagoa dos Patos! Felizmente nas entrelinhas da tua carta vejo-te o mesmo — o mesmo fino psicológico, ligeiramente ferino e sutil, incapaz de se enleiar nos fiapos das preocupações eleitorais. Ainda bem. Porque afinal, és como eu, um dissidente. Dissentimos, antes da cisão, de tudo isto — e nenhum de nós se pode escravizar a uma bandeira, porque a nossa oposição tem motivos superiores aos considerados vulgares dos manifestozinhos que por aí expluem. (...) E se como eu, pensas que somos desventurados numa farsa lastimavelmente triste; e julgar como eu julgo, que este país é organicamente inviável; e se, comigo chegaste — rigorosamente, como no final de um teorema — à conclusão desanimadora de que chamamos política a uma grande conspiração contra o caráter nacional — se tudo isto é exato, estamos ainda formados, juntos, na mesma linha avançada e superior dos cépticos que ao menos não terão

desapontamentos e desilusões. (CUNHA, carta enviada a Francisco Escobar, dezembro de 1901)

Euclides ia vendo o tempo passar e as coisas gradativamente piorarem. O sonho acabara e ele estava mergulhado num enorme pesadelo. Daí, para além do sentimento moralmente conservador, se sentia um velho ainda quando da pouca idade que tinha: um velho em plena mocidade de vinte e poucos anos. Este sentimento de apatia e descontentamento, infelicidade e insatisfação com o mundo e com a realidade que o cercava vão se tornando mais e mais constantes. Isto se refletia no olhar sobre o processo de modernização que a cidade do Rio de Janeiro viveu, no final do século e principalmente no primeiro decênio do novo. Um exemplo muito interessante disto é o desânimo com que confessa a Domício da Gama sua postura crítica diante da chegada ao País da grande maravilha da modernidade capitalista: o automóvel.

A vida entre nós, como já te disse noutra carta, mudou. Há um delírio de automóveis, de carros, de corsos, de banquetes, de recepções, de conferências, que me perturba — ou que me atrapalha, no meu ursismo incurável. Dá vontade da gente representar a ridícula comédia da virtude, de Catão, saindo por estas ruas de sapatos rotos, camisa de fiapos e cabelos despenteados. Que saudades da antiga simplicidade brasileira (CUNHA, carta a Domício da Gama, 1908)

Noutra correspondência escrita quatro meses depois, em fevereiro de 1908, enviada a Francisco Escobar, denota o mesmo tom pessimista embalado por um pulsar de saudosismo por uma época e estilo de vida que, aparentemente, estava deixando efetivamente de existir, a partir dos processos de modernização característicos da conflitante inserção do País na *Belle Époque*. Destaca-se em sua missiva:

Verás o Rio. Admirarás os célebres melhoramentos. Fulminaremos juntos, o pioramento dos homens. Daremos pasto à nossa velha ironia ansiosa por enterrar-se nos cachacos gordos de alguns felizes malandros que andam por aí fonfonando desabaladamente, de automóvel, ameaçando atropelar-nos a nós outros, pobres altivos diabos que teimamos em andar nesta vida, dignamente, pelo nosso pé. (CUNHA, carta, 1908)

Vê-se, aí, um homem intelectual que se posiciona contra o cosmopolitismo, onde o Brasil e a República, bem como quase todas as suas outras crenças, pareciam ruir completamente devido à força das circunstâncias. Poucos meses antes do trágico incidente que o vitimou de morte, lamentava e ao mesmo tempo buscava forças para reagir em carta dirigida a Oliveira Lima:

Estamos num período de estéreis e exclusivas preocupações políticas. Só se lêem — verdadeiramente — os entrelinhados do jornal, onde se desenha com maior fidelidade, neste momento histórico, a fisionomia real de nossa gente. Ninguém lê; ninguém escreve; ninguém pensa. A mofina literatura nacional traduz-se, naturalmente, numa vasta poliantéia, a 100 réis por linhas, de mofinas. De todo absorvidas no presente, às voltas com seus interessículos, estes homens, são descuidados do futuro, ainda menos curam do passado; (...). Entretanto, quero crer que ainda haverá meia dúzia de espíritos capazes do esforço heróico de um rompimento com tanta frivolidade. E entre eles me alinharei. (CUNHA, carta a Oliveira Lima, 1909)

Ele vê-se em um túnel sem saída. Sozinho, cada vez mais fechado em seu mundo de angústia e desencanto, não lhe restou outra saída senão olhar para a essência advinda da terra longínqua. É curioso, mas, além de ser um dos construtores da mítica do sertão, o escritor foi alguém que, durante a vida toda, convivendo com as certezas da ciência de seu tempo, conviveu também com o sonho de ir fixar-se no sertão, de se retirar — fugir da agitação urbana e ir para os ermos. A pesquisa percorreu sobre alguns sentidos possíveis com que a ideia de sertão surgia no pensamento euclidiano desde os seus primórdios até a escritura do grande livro. Ressaltou-se, inclusive, que Euclides formulou boa parte de sua lírica, marcada por acentuado romantismo, imaginando um sertão idílico e pitoresco, bem longe do realismo que estrutura todo *Os sertões*. Todavia, nele convivem ao mesmo tempo o cientista e o poeta, o sonhador e o pessimista, tornando-se, assim, de forma alternada uma espécie de Davi e Goliás. Em agosto de 1892, aos 26 anos de idade, escrevera a Reinaldo Porchat:

Passo agora uma existência soberanamente monótona, uma vida marcada a relógio, mecânica e automática, como de uma máquina, oscilando indefinidamente, sem variantes, de casa para a Escola e da Escola para a casa — (...) Acredito porém que isto durará, não dou para a vida sedentária, tenho alguma coisa de árabe — já vivo a idealizar uma vida mais movimentada, numa comissão qualquer arriscada, aí por esses

sertões desertos e vastos da nossa terra, distraíndo-me na convivência simples e feliz do bugre. (CUNHA, carta a Reinaldo Porchat, 1892)

Sobressai a presença do Euclides militante, homem que de alguma forma queria trabalhar pela construção da Nação Republicana e se via em plenas condições de se embrenhar nos sertões e trabalhar pela pátria. Mais de uma década depois, durante sua viagem ao Amazonas, em missão diplomática, novamente, apesar de todo o ceticismo com que nesta época enxergava a situação, dará um depoimento do mesmo tipo. Considerava-se um bandeirante, um filho da roça, que se mostrou bastante animado antes de partir para os sertões da Amazônia, pois achava que seria possível levar adiante este ideal; porque, não desejava a Europa, o Bulevar, os brilhos de uma posição, desejava o sertão, a picada malograda, a vida afanosa e triste de pioneiro.

Neste momento, este texto encaminha-se para o momento crucial da trama. Ao final de sua vida, mesmo antes de conhecer o trágico desfecho da Piedade, Euclides anunciava no interior de seus sentimentos a morte do Brasil que tanto amara ao longo de toda a sua vida.

Cunha projetou todas as suas esperanças na razão e na ciência do século de Marx, Comte, Darwin e Spencer; e quis, com estas certezas, interceder e transformar a realidade do País, fazendo com que ele trilhasse o rumo do progresso e da civilização. Mas a história registra que seus sonhos e esperanças mais concretas se concretizaram. E absorver o fato e assimilar a derrota na consciência foi algo extremamente dramático. O grande filósofo e historiador das religiões Mircea Eliade, numa passagem extremamente feliz, afirmou que um homem exclusivamente racional é uma abstração; jamais o encontramos na realidade. Isso se deve ao fato de que a experiência humana está mergulhada num universo de sonhos, mistérios e simbolismos onde a fronteira entre o racional e o irracional pode ser muito mais tênue do que pensa a filosofia ocidental. Euclides da Cunha, a quem devemos celebrar sempre pela obra e pelo exemplo de empenho em encontrar soluções que conduzam a um país melhor, à sua maneira vivenciou intensamente o significado trágico desta sentença.

A angústia com sua vida e seu país tomavam conta da mente do escritor, e o homem só via tristeza nas situações que o cercavam. O casamento infeliz, a insatisfação com a profissão e as constantes dificuldades financeiras que, não

poucas vezes, o forçavam a trabalhar a contragosto, tornavam para ele a vida um grande martírio. O sertão, o interior, o coração das terras — onde há calma, repouso e paz para o espírito — surgia à sua imaginação como a única possibilidade de felicidade e superação da condição de simples mortal. Outrossim, ele muito mais que qualquer outro, exilado na solidão de si mesmo, não teve outra saída senão sonhar com uma salvação, individual e, por vezes, coletiva, a esperá-lo lá onde o Brasil é profundo, nalguma vereda deste grande ser(tão).

1.3. Literatura e Ciência: confluências e divergências

A delicada convivência entre ficção e ciência, as especificidades das questões derivadas das peculiaridades da literatura e da história, continuam não só pertinentes como muitas permanecem sem solução, levando a indagações e gerando controvérsias teóricas e analíticas. Exemplo disso é o fato de o livro-ensaio de Euclides da Cunha, *Os sertões*, ser considerado, ao longo do tempo, pela crítica, como obra de literatura que muito influenciou outros escritores em narrativas sobre o sertão e o sertanejo.

A abordagem acadêmica do exame desse problema é não só relevante como oportuno. Nesse sentido, busca-se recontar e/ou expor, na sua historicidade, como, de um lado, o primeiro foi consagrado com o status de obra compósita, pertencendo, ao mesmo tempo, ao campo da literatura, da história e da ciência — caracterização inaugurada por José Veríssimo, logo após seu lançamento em 1902, e que se tornou moeda corrente e cânone quase inquestionável, sobrevivendo por mais de um século. Essa indistinção, paradoxal, entre história e literatura, ciência e ficção requerem análise e problematização, objetivando compreender tal embaralhamento de gêneros.

Em 2002, quando das comemorações do centenário de *Os Sertões*, a tendência geral das análises da crítica foi a manutenção, praticamente intacta, do cânone consagrado há muito que tem como chave da leitura da obra de Euclides da Cunha a ideia de que se trata de um texto híbrido de literatura/ficção e ciência. Não há dúvida que se torna possível analisar o texto euclidiano como uma obra híbrida que transita entre a literatura, a história e a ciência, ao unir a perspectiva científica, de base naturalista e evolucionista, à construção literária, marcada pelo fatalismo trágico e por uma visão romântica da natureza.

Euclides faz a confluência entre o terreno etnográfico em que predominam normalmente as descrições e análises, com matrizes ficcionais que foram substanciais, ou seja, através da incorporação de materiais extraídos de fontes ficcionais combinados com os das fontes históricas, científicas e jornalísticas faz de *Os Sertões* a primeira grande obra verdadeiramente canibalesca de nossa literatura. A exemplo de Tucídides, será o consórcio entre arte, exatidão e o tom sincero do narrador que modelará *Os Sertões* como história ao gosto do Romantismo.

Esse tipo de caracterização do livro de Euclides da Cunha é bastante antigo e foi, como dito, proposto inicialmente por José Veríssimo com a publicação de seu artigo-resenha, no jornal *Correio da Manhã*, em três de dezembro de 1902. Nele, o crítico interpretou *Os sertões* como uma obra de ciência, história e literatura, asseverando que

[...] é ao mesmo tempo o livro de um homem de ciência, um geógrafo, um etnógrafo; de um homem de pensamento, um filósofo, um sociólogo, um historiador; e de um homem de sentimento, um poeta, um romancista, um artista [...] (VERÍSSIMO, 1977, p. 45)

Ato contínuo Euclides — que trabalhava em Lorena no estado de São Paulo — responde às observações de Veríssimo, considerando que o “consórcio entre ciência e arte” era a “tendência mais elevada do pensamento” e que o trabalho literário exigiria o registro científico; alega, ainda, que o “escritor do futuro” deveria ser um “polígrafo” e que seria necessária a criação de uma “tecnografia”, capaz de agregar diversos saberes (CUNHA, 1966, p. 620-1).

As posições de Veríssimo e também de Euclides seriam corroboradas, logo a seguir, por Araripe Júnior em dois artigos no *Jornal do Comércio* de 6 e 18 de março de 1903. Esse estudioso (ARARIPE JÚNIOR, 1978, p. 22) constata que a fascinação que o livro exerce, “resulta de um feliz conjunto de qualidades artísticas e de preparo científico [...]”. E mais: seria o “[...] único no gênero, se atender-se a que reúne a uma forma artística superior e original uma elevação histórico-filosófica impressionante [...]”.

Estas análises críticas colocam o texto de Euclides da Cunha como obra de literatura e história ou de ciência e ficção. Elas tornar-se-iam correntes, ao longo do século XX, e representam o paradigma manifesto das análises deste livro. Torna-

se pertinente enumerar alguns estudos sobre *Os Sertões*, como o de Gilberto Freyre (1944, p. 32), em que ele diz que a paisagem que transborda da obra é a da personalidade angustiada do autor, que precisou “exagerar para completar-se e se exprimir nela” — de forma que “é Euclides mais do que a paisagem, que transborda dos limites do livro científico [...] tornando-o um livro também de poesia [...]”.

Afrânio Coutinho (1980, p. 82-86), no início dos anos 50, é mais taxativo, ao afirmar que, apesar de haver na obra uma mistura de elementos de diversos gêneros (ensaio, drama, ficção), não é uma obra de ciência — é “sobretudo uma obra de arte”, o que “sobreleva a tudo é a sua parte artística”, “obra-prima da literatura”; enfim, “Euclides era um artista, um ficcionista, um criador de tipos, tal qual um romancista”.

O amálgama de literatura e história, com predominância da primeira, está presente também em Dante Moreira Leite (1969) [1], em Nelson Werneck Sodré (1960) [2], em Franklin de Oliveira (1959) [3], em Olímpio de Souza Andrade (2002) [4], em Walnice Nogueira Galvão (1976) [5], em Nicolau Sevcenko (1983) [6].

Valentim Fiacoli (1998, p. 38) retoma a discussão, considerando *Os Sertões* como um livro de “interpretação científica do processo histórico brasileiro”, segundo os parâmetros do “consórcio de ciência e arte”. Para esse crítico, Euclides estava impregnado por concepções — do positivismo, do determinismo, do evolucionismo, do naturalismo — que vêem o conhecimento científico como auxiliar na descrição e na elaboração do retrato da realidade na busca da verdade, superando o subjetivismo; sendo assim, o literário deveria submeter-se às leis naturais. O inverso também seria válido.

Talvez não seja exagerado verificar que as relações entre discurso descritivo da ciência e discurso metafórico da arte em *Os Sertões* imbricam-se, tornando-se quase indistintos, resultando num discurso outro que quer sintetizar os dois para a produção de um gênero artístico híbrido e indefinido, que abarca dimensões inusitadas. Parece evidente que o texto euclidiano permite um trânsito em duas mãos: tanto a ciência produz a arte, quanto vice-versa (FACIOLI, 1998, p. 55).

No entanto, a tentativa de realizar o consórcio entre ciência e arte por parte de Euclides teria fracassado. Produto de seu tempo, a obra hoje estaria sendo recusada tanto pelas ciências sociais como pelas ciências naturais; só a “historiografia literária”, apesar das ressalvas, ainda a acolhe. Fiacoli (1998, p. 57)

acrescenta ainda que Euclides teria atingido apenas a “virtualidade” no que se refere ao projeto de consórcio de ciência e arte. Teria havido confiança exagerada nas possibilidades de revelação do país, na linguagem da denúncia do crime que a República praticara em Canudos. Nesse “ensaio” euclidiano, “sem gênero definido”, reponta uma linguagem “monumental”, “oratória” com a finalidade de “comover e persuadir”.

Otto Maria Carpeaux, em 1958 (p. 4), por seu turno, e com visão um tanto diversa, afirma que o “valor e o prestígio da obra de Euclides criaram, de Canudos, uma imagem que não pode ser desfeita”. Vai mais além, valendo a pena citá-lo: Mais do que escrever história, Euclides fez história. Mas os exemplos de Tácito e Saint Simon bastam para demonstrar até que ponto a imaginação entra, como elemento criador, justamente nas maiores obras de historiografia. No Brasil foi João Ribeiro, parece, o único que duvidou da exatidão científica de *Os Sertões*, falando em “ficção”; escrevendo hoje, teria falado em *science fiction*. Com efeito, não se diminui o valor excepcional da obra, afirmando-se que os elementos científicos dela, as considerações geológicas, etnológicas, sociológicas e de psicologia social, são hoje tão antiquadas que dão a impressão de ciência fantástica. Contudo, não seria possível eliminá-los simplesmente [...] A ciência fantástica de Euclides faz parte integral de sua obra.

Em 1956, portanto um pouco antes, escrevendo no Suplemento Literário de O Estado de São Paulo — mesmo jornal em que Otto Maria Carpeaux publicou suas considerações —, Antonio Candido (2002, p. 174) observava que Euclides da Cunha havia realizado uma análise histórico-sociológica *sui generis*. Nela pesquisou “a psicologia dos protagonistas” e, para “compreendê-la, vai até as influências da raça e do meio geográfico”; no entanto, Euclides estaria ultrapassado na sociologia, porque o livro é “demasiado mecânico”, o que “a seu tempo era de preceito, para corresponder às concepções dominantes então, do naturalismo científico” (CANDIDO, 2002, p. 174). O crítico afirma ainda que o autor opera com conceitos, análises e critérios “especificamente sociológicos de interpretação” que “aparecem concretizados em alguns princípios diretores” (p. 179). Além disso, “mais que sociólogo Euclides é quase um iluminado”, havendo “nele uma visão por assim dizer trágica dos movimentos sociais e da relação da personalidade com o meio físico e social” (p. 181). Assim, só pode ser compreendido [...] se o colocarmos além da sociologia — porque de algum modo subverte as relações sociais normalmente

discriminadas pela ciência, dando-lhes um vulto e uma qualidade que, sem afogar o realismo da observação, pertencem antes à categoria da visão (p. 182).

O sociólogo Florestan Fernandes, fazendo uma análise do desenvolvimento histórico da sociologia no Brasil, constata que *Os Sertões* é o primeiro ensaio a procurar fazer uma “descrição sociográfica” e uma interpretação histórico-geográfica do meio físico, dos tipos humanos e das condições de existência no país. Teria um valor de marco na constituição da sociologia brasileira e, a partir desse momento, “o pensamento sociológico pode ser considerado como uma técnica de consciência e de explicação do mundo inserida no sistema sociocultural brasileiro” (FERNANDES, 1977, p. 35).

Utilizando a assertiva euclidiana de que “Canudos não se rendeu”, introdução feita a *Os Sertões* em 1973, Alfredo Bosi afirma haver, na obra, dois grandes planos, um histórico e outro interpretativo. Ao histórico corresponderia a parte final e, ao interpretativo, as duas primeiras partes. Essa ordem relaciona-se com a cultura determinista do autor, tendo mediações ideológica e literária intrinsecamente ligadas (BOSI, 2002, p. 212). Euclides faz uso de processos retóricos que não são neutros; por meio de recursos com finalidade hiperbólica tenciona transmitir a noção de “grandeza”, de “terribilidade” “do inelutável” (BOSI, 2002, p. 216; grifo do autor). A linguagem manipulada por Euclides da Cunha, de denúncia e de protesto, tem função de apelo (BOSI, 2002, p. 218).

No âmbito da mediação literária, a obra de Euclides não se distancia de seus contemporâneos como Afonso Arinos, Coelho Neto, Rui Barbosa e Olavo Bilac. O nacionalismo ou sertanismo desses autores manifestavam-se por “uma dicção purista levada ao extremo do arcaísmo e do preciosismo” (p. 219). Bosi (2002, p. 220) adverte ainda, coerentemente, que uma leitura atual do livro não deve insistir naquilo que é documento de seu tempo: “a linguagem rebarbativa, o ângulo faccioso da visão”. Outros são os valores a que se deve ater a leitura moderna de *Os sertões*: a potência da representação, o empenho em não separar o fato de seu contexto, a busca de superar esquemas ideológicos e atingir “uma objetividade mais alta, realizada na denúncia de um equívoco que, consumado, se fez crime” (p. 220). A par do acerto dessas considerações, devemos lembrar que, em nenhum momento, o ensaísta refere-se à composição de Euclides da Cunha como ficção ou literatura. O estilo literário, evidente no livro, advém como foi dito, da tradição do momento.

Nessa linha de interpretação, que se distancia da leitura canônica que se fez — ou ainda se faz — segundo a qual *Os Sertões* é uma obra híbrida de história e literatura ou de ciência e ficção, temos, mais recentemente, Luiz Costa Lima. De forma mais enfática, tem chamado a atenção para o fato de que os critérios utilizados por Veríssimo — e posteriormente incorporados acriticamente — remontam a concepções do século XVIII, quando não se distinguiam de maneira clara as diferenças entre história e literatura e não eram reconhecidas a autonomia e a peculiaridade artística da última. O crítico repara que, no Brasil, [...] ainda no final do século XIX e durante grande parte do XX, não se havia assimilado muito bem por que história e ficção pertenceriam a campos diversos. Ao contrário, tornando literatura e ficção equivalentes, era mais fácil manter a convergência entre história e literatura. Para tanto, era suficiente que o historiador fosse capaz de atualizar o potencial da língua em construções incomuns da linguagem. Esse potencial, na verdade, já não era definido puramente por um critério retórico — o uso rico da língua —, mas por sua combinação com a força emotiva (LIMA, 2006, p. 381).

Sistematizar que existem elementos ficcionais ou mesmo literários em *Os Sertões* não significa — para o crítico — aceitar a “interpretação homogênea” atribuída ao livro. O que há de literatura presente na obra é só “borda que ornamenta um argumento científico” (LIMA, 2006, p. 383). O que há de arte nele — e esse teria sido o intento de Euclides da Cunha — é a apresentação de uma capa de verniz “que daria maior visibilidade ou impacto ao exame científico do caso” (LIMA, 2006, p. 383). Luiz Costa Lima defende ainda que a essência da obra é científica, porém, admite “um tratamento literário que ajudasse a empolgar o leitor, por força de sua eloquência” (p. 383). Sua conclusão é a de que seria inconcebível “ver em *Os sertões* uma obra simultaneamente de história e literária [...]” (p. 385).

Diante do exposto neste capítulo, evidencia-se que a visão homogeneizadora — que considera, como única possibilidade de caracterização de *Os Sertões*, o cânone “consórcio entre ciência e arte” — há muito vem sendo discutida e posta em dúvida. Essa concepção é descartada por Antônio Candido já nos anos 50 do século passado e, de certa forma, também por Otto Maria Carpeaux. O mesmo posicionamento do autor de *Formação da literatura brasileira* é encontrado em Alfredo Bosi e, com ênfase, em Luiz Costa Lima.

CAPÍTULO II

EXPERIÊNCIA E INVENÇÃO LITERÁRIA COMO METÁFORA DA HISTÓRIA.

Decididamente era indispensável que a campanha de Canudos tivesse um objetivo superior à função estúpida e bem pouco gloriosa de destruir um povoado dos sertões. Havia um inimigo mais sério a combater, em guerra mais demorada e digna. Toda aquela campanha seria um crime inútil e bárbaro, se não se aproveitassem os caminhos abertos à artilharia para uma propaganda tenaz, contínua e persistente, visando trazer para o nosso tempo e incorporar à nossa existência aqueles rudes compatriotas retardatários.

Euclides da Cunha

Neste capítulo a análise centra-se nos aspectos da produção, do texto em si e da recepção. No que concerne à produção, volta-se para o contexto social, político e cultural em que foi gerada e para dados da autoria. Quanto ao texto, foca-se nos temas e nos substratos filosóficos e literários, portanto, metafóricos da narrativa. Já a recepção é estudada especialmente a partir da apropriação de suas teses no campo da religiosidade popular. O trecho abaixo, escrito por Euclides, elucida o propósito anteriormente citado:

2.1. A história e o historial.

A saga de Antônio Conselheiro e seus comandados publicada em (1902) é obra lida até hoje porque seu autor ultrapassou, por diversas vezes, o cientificismo que se espalhou no final do século XIX e início do XX no Brasil. Se o evolucionismo, a antropologia racista e o determinismo geográfico se fazem presentes no livro, a identificação do autor, Euclides da Cunha (1866-1909), com o sertanejo, visível em

algumas passagens, relativiza esse aspecto ideológico. Colocado frente a frente com um sertão mágico, Euclides rupturas na conservadora visão das narrativas imperialistas, produzindo uma crítica da razão colonialista. A sua formação de engenheiro militar, sob a égide do positivista-mor Benjamim Constant (1836-1891), decerto teve papel iniciador na proliferação de adjetivos preconceituosos e desmerecedores da realidade sertaneja e suas gentes presentes no livro, como também a impressionante sobrecarga de leituras científicas que levou a cabo durante os cinco anos de redação da obra. No entanto, a sensibilidade e o sentido trágico da existência pessoal do autor, equilibraram essa tendência científica, responsáveis diretos que são por páginas plenas de aspectos trágicos e dramáticos revestidos de uma revolta incontida.

Canonizado como uma das obras-primas da literatura universal, talvez a maior do Brasil, *Os Sertões* não se encaixa em nenhum gênero definido. Misto de reportagem, libelo político, história, retrato geográfico-antropológico e ficção, essa obra perene ainda nos encanta com sua escritura apaixonada e tortuosa e seu sentido pleno de tragicidade.

O texto é produto do desencanto de Euclides com a jovem república. Cobrindo para o jornal *O Estado de São Paulo* o cerco à localidade sertaneja, o autor foi se inteirando aos poucos de um Brasil que não conhecia um mundo mítico que se contrapunha em todos os sentidos ao urbanismo decantado pelos republicanos, mas no qual, com sua sensibilidade extrema, Euclides percebia profundas contradições. Daí o tom de denúncia da obra, nascida do objetivo de desmascarar os pressupostos purificadores veiculados pela república ao dizimar Canudos.

A obra se reveste de uma estrutura singular. Divide-se em três partes: *A terra*, *O homem* e *A luta*. Na primeira, Euclides faz um apanhado da geologia, fauna e flora sertanejas, embasado em suas observações *in loco* e na obra de naturalistas e geólogos nacionais e estrangeiros, e numa linguagem científica, porém absorvente, dado o tom fatalista que a permeia. A natureza aqui tem um caráter antropomórfico, advindo sua aridez e tortuosidade mais da personalidade angustiada do autor do que da realidade que pretendia retratar. Na segunda, Euclides faz um estudo sobre o sertanejo nordestino, mediante a história de sua formação étnica, com o fito de entender a figura paradoxal de Antônio Conselheiro e o estabelecimento do arraial. Nessa parte, Euclides se apropria da antropologia física

do período, principalmente a de Nina Rodrigues, ainda que em alguns trechos deixe antever sua aproximação com o historicismo, abrindo caminho para os que lhe seguirão, como Gilberto Freyre. Na terceira, Euclides discorre sobre o longo e doloroso confronto entre o incipiente exército brasileiro e a comunidade de Canudos, que demandou quatro expedições.

Essa divisão do livro explicita a visão de Euclides sobre o homem. Para ele, seríamos fruto antes de tudo da natureza. Os seus limites e possibilidades é que impulsionariam ou retardariam a civilização. A cultura, por conseguinte, teria peso subsidiário, adequando-se ao sentido finalístico ou evolutivo da natureza. Esse positivismo arraigado, no entanto, não cegou o autor para as contradições sociais, que o revoltavam a ponto de levá-lo, mais tarde, a aderir ao socialismo. Não o revolucionário, e sim o reformista da social-democracia, que tem raiz mais no socialismo utópico do que no comunismo (marxismo).

Do ponto de vista da psicanálise surge uma leitura possível dos motivos da divisão do livro. Posto que, esta tripartição da obra traduziria a busca euclidiana da cena original, da experiência traumática, ou seja, de um trauma que desaguaria na neurose, portanto incrustada no inconsciente coletivo da nação brasileira. No final do século XIX, destaca-se uma obra que aborda o tema da história que resulta no trauma, o livro citado é: *Assim falou Zaratustra* (1883-1885), de Nietzsche. No texto de Euclides a história longe de ser o *Nirvana* se instala como trauma e repetição.

2.2. Um arcabouço intelectual.

O relativo desconhecimento que nossa intelectualidade tinha até então do interior Brasileiro, faz com que Euclides, ainda que, tornando público aquele espaço até então invisível aos habitantes do litoral, construa uma imagem demasiado contraditória da relação do rural com o urbano, advindo daí a ambiguidade da obra. Recusando-se, de forma obstinada, a aceitar que os dois espaços eram profundamente interligados no país. Senão vejamos: para ele a cidade representaria ao mesmo tempo civilização e estrangeirismo, o campo significaria barbárie e brasilidade. Ainda que o modernismo, mais tarde, desfizesse essas oposições arbitrárias entre o rural e o urbano, principalmente em, *Macunaíma*, de Mário Andrade, texto em que se descortina um Brasil pleno de contradições, a um tempo arcaico e moderno. Também o modernismo em sua segunda geração, através do

romance de 30, pareceu recair na antiga antinomia litoral X sertão imputada ao texto euclidiano. Talvez essa leitura limitadora, seja um dos piores legados destinados à obra de Euclides, haja vista sua sobrevivência até o início da década de 1970, em que ainda fomentava ideologia para a guerrilha e para os intelectuais que não haviam ainda se desgarrado completamente da ideologia do nacional-popular. Somente após a falência do projeto da revolução militar brasileira, essa visão dualista do Brasil será revista, incitando os tropicalistas a buscar na primeira geração modernista os elementos para se entender um Brasil múltiplo e paradoxal.

Logo, a cidade e o campo euclidianos advirão mais de um ideal de brasileiro, homem este oriundo, ao mesmo tempo, da polidez citadina e do vigor dos habitantes naturais, do que de um retrato realista do país. Entretanto, é também pelo fato de Euclides, em alguns momentos, conseguir se libertar desse olhar urbano, ao mesmo tempo civilizador (iluminista) e idealista (romântico), vendo-se no “outro”, naquele estranho sertanejo, fatores esses que se tornam a argamassa de uma obra tão inovadora. Nesse sentido, a plasticidade das categorias *sertão* e *litoral*, essencialmente referências simbólicas que, a despeito da tentativa de Euclides da Cunha em localizá-las geograficamente, sofrem no texto uma série de deslocamentos. São os temas da inversão de papéis e comportamentos esperados dos habitantes do sertão e do litoral; entre sertanejos e as forças militares que os combatiam e da transmutação dos sertanejos e de sua realidade.

Euclides tinha visão abrangente do tema. A contraposição entre o urbano e o rural por ele engendrada estava contida, na verdade, numa visão maior da realidade social e natural, organicista, no qual aqueles dois espaços desempenhariam funções distintas no caminho de uma síntese posterior, representada pelo Estado-nação. Essa visão herderiana e spenceriana, de matriz conservadora, certamente alimentaria um enredo cômico se o final de Canudos fosse outro, qual seja sua rendição ao Brasil urbano, por exemplo.

No entanto, sua destruição demandou que Euclides se utilizasse da tragédia, solução politicamente radical. O desmoronamento do arraial frustrou o sonho euclidiano de ver um Brasil urbano civilizando um rural, através de vias modernas de comunicação, indústrias, barragens e da incorporação social e racial do sertanejo (mediante trabalho produtivo, salário digno, educação, condições mínimas de moradia, assistência pública, miscigenação com o imigrante branco). Mas talvez o que mais o tenha decepcionado foi ver o curiboca, elemento matricial

da “raça” brasileira, ser exterminado pelo “mestiço neurastênico” do litoral. Pois não podemos perder de vista que Euclides era defensor de uma filosofia da natureza na qual o homem seria mera resultante. Nesse sentido, o livre-arbítrio humano se resumiria em escolher entre seguir (ou mesmo desviar, de forma sutil), conscientemente, o sentido da evolução do universo, ou negá-lo, por ignorância, o que resultaria obrigatoriamente na extinção humana pelas mãos do destino inexorável, a *struggle for life* darwiniana. Desse modo, o episódio da destruição de Canudos teria representado um ato antinatural, inconseqüente e irresponsável de nossas elites, visto ter inviabilizado nosso futuro como nação, assentado que estaria no elemento sertanejo.

Justifica-se e, conseqüentemente, entende-se o esforço de Euclides por delimitar uma configuração espaço-temporal própria ao sertanejo. No ímpeto de legitimá-lo como garantia do futuro do país, o autor se esforça ao máximo para comprovar a especificidade de sua formação. Assim, a cultura sertaneja teria surgido do encontro das missões provenientes da Bahia que margeavam, descendo, o São Francisco, no intuito de catequizar os tapuias, com as bandeiras paulistas que o subiam à procura de ouro. O sertanejo, logo, teria sangue eminentemente branco e indígena, solução ideal para quem defendia um Brasil moderno, atuante e em contato com outros países no mundo da *Belle Epoque*, sem, no entanto perder suas características próprias, justamente as que impediriam a ruína do país nas suas relações com países mais avançados econômica e tecnicamente, o que se projetava, fatalmente, na mente de um fervoroso adepto das leis da seleção natural como Euclides. O interessante é que ao eleger o mameluco como elemento matricial do povo brasileiro, renegando a importância do negro na nossa formação, o escritor não renegava suas origens de celta, tapuia e grego, dais quais se orgulhava publicamente.

É principalmente na primeira república que o discurso regionalista começa a se afirmar entre nossa intelectualidade. A derrocada do Império, com seu ímpeto centralizador, somado com a emergência do federalismo republicano, imporá às elites das diversas partes do país a justificação e afirmação de sua existência, fomentando narrativas auto-legitimadoras perante o governo central. Nesse sentido, não obstante Euclides se apropriar do sertão como *locus* de uma suposta brasilidade, subordina-o, todavia, ao Rio de Janeiro, centro político, econômico e cultural do Brasil à época, ao qual Euclides não renegará o papel de força

centralizadora nos esforços de construção do Estado-nação. Portanto, se Gilberto Freyre, José Lins do Rego, Rachel de Queiróz e outros bebem da fonte do imaginário euclidiano sobre o sertão na construção simbólica efetuada mais tarde sobre o Nordeste, no intuito de minorar sua decadência, Euclides já o teria feito antes, no que diz respeito ao sudeste do país.

Torna-se fecundo entender *Os sertões* como obra propositiva. No momento em que foi escrito, o ideário republicano, importado da França e dos Estados Unidos da América, já mostrava sua ineficiência nos trópicos. Assim, a descoberta por Euclides do sertão, lugar intocado, imune aos vícios e degenerescências do Brasil urbano, mostra seu sentido. Ali talvez se descortinasse um caminho para o país, uma via que contornasse a traidora república e a retrógrada monarquia. Não por acaso a linguagem do livro é barroca, quer dizer, seu plano de expressão e de conteúdo significa a criação legítima de uma semântica brasileira, a um tempo anti-romântica (imperial) e anti-realista (republicana). Essa procura de uma saída para a tragédia brasileira e latino-americana perdura hoje, podendo ser elencada como mais um fator explicativo da permanência do fantasma de Euclides, que leva um autor peruano, Mario Vargas Llosa, num romance intitulado *A guerra do fim do mundo* (cujo título realça a genealogia do universo objetivada em *Os Sertões*), repor em narrativa a saga canudense. De certa forma, o percurso euclidiano, da exaltação pré-republicana com o potencial civilizatório da cidade à posterior decepção com o novo regime, foi trilhado por intelectuais brasileiros de várias formações naquele momento. Acreditando num ideal de República letrada, culta, cientificista, guiada pelo saber e pela moralidade, qualidades das quais se tinham como legítimos portadores viram-se, no entanto, alijados do poder em função de arrivistas, políticos aproveitadores, banqueiros, especuladores e cafeicultores. Isso os instigará a depositar no sertão, lugar incólume à indiferenciação, individualismo e estrangeirismo urbanos, o fermento de uma nova sociabilidade. Emerge nesse momento a figura do *escritor-cidadão*, aquele que, afastado do poder, busca, por meio da literatura, arregimentar correligionários para suas causas. Logo, não surpreende a imagem euclidiana do massacre canudense ser antiapologética.

Palco de uma luta trágica entre dois Brasis em que um, mais fraco, necessariamente, em razão de leis naturais, definharia em função do mais forte, o sertão emerge no livro como produto da desolação de um utopista que desejava, ao

invés, sintetizá-los. Daí o tom trágico da obra, daí aflorar desde sua primeira parte, *A terra*, até seu final desesperador. O confronto entre litoral e sertão denotado pelo massacre de Canudos representa uma distopia, a falência de um ideal, a derrocada de uma *raça* em formação. O resultado é que os litorâneos não sobreviveriam àquelas etnias puras da Europa e dos Estados Unidos da América. Nosso fim seria trágico, pois a esperança única de salvação, o sertanejo, malograra. Como um antecipador do futuro ou autor de tragédia grega, Euclides narra n' *Os Sertões* as contradições do projeto de uma nação. Os urbanos insensatos poderiam ter desviado este curso fatal, a própria natureza lhes indicaria o caminho, ao pré-formar num espaço isolado, quase inexpugnável, uma *raça* nova. Eles, entretanto, destruíram a possibilidade da salvação do país ao não viabilizarem a constituição da nacionalidade, da verdadeira memória e tradição. Não lhes restava mais nenhuma chance, o seu fim se avizinhava como inexorável. Pecou-se, e sem misericórdia pelo ato inexpugnável pagaríamos todos com nossa futura inexistência. O resultado é que Euclides, como outros intelectuais traídos pela república como Adolfo Caminha, Lima Barreto e Raul Pompéia, sucumbiram aos templos da estrutura. Euclides mergulhou no pessimismo ativo, motivo que o levou a falar do falecimento precoce de seu país, como fator de sua própria morte.

Cunha é, por isso mesmo, atemporal, dentre outras razões, porque sintetiza na sua figura assombrosa os desejos e frustrações do intelectual e do artista colonizado, às voltas com uma realidade injusta e um desejo utópico de mudança, entre o anseio de uma vida digna para seu povo e a muitas vezes patética luta pela mera subsistência que o atormenta. Mas ele também é atemporal, porque escreveu uma das maiores criações artísticas da humanidade, um épico que emocionaria *Homero* e todos os leitores, desde aqueles que moram na rua de baixo, desde os que se mudaram para a rua de cima, ou seja, o leitor ideal, propagado mais tarde pela Estética da Recepção. Seu texto é uma prodigiosa criação humana, assim, *Os Sertões* subsistirá, dentre outros motivos, pelo selo de universalidade que lhe é dado por seus contornos de drama humano.

2.3. Ficção e identidade social.

Dentro da tradição cultural brasileira, talvez o livro que evoque mais diretamente a problemática das relações entre literatura e história seja *Os sertões*,

de Euclides da Cunha, fonte primordial, ainda que não única e nem incontroversa, para o estudo da Guerra de Canudos. A princípio, uma obra literária não ficcional e de propósito explicitamente histórico não parece ser o melhor exemplo das possibilidades do uso da literatura como fonte de pesquisa histórica, pelo excesso de obviedade. O livro pode, contudo, ser explorado para além de seu conteúdo factual, como objeto cultural específico que carrega em si um universo de percepções, conhecimentos e contradições, altamente expressivo da sensibilidade e dos dilemas de seu tempo. A obra representa para os historiadores um desafio que, no princípio, não é muito diverso daquele enfrentado pelo leitor comum. Um bem-sucedido leitor que, depois de cruzar um semiárido de paradoxos, preciosismos vocabulares, termos científicos, arcaísmos e imagens barrocas, chegue à última frase d'*Os Sertões* ansioso por um sentido final pode decepcionar-se de vez ao encontrar o desfecho centrado na premissa que venceu o bem, representado pela farsa da justiça republicana.

Afinal, o imenso estoque de conhecimento manipulado por Euclides da Cunha para composição de sua obra permite definir o texto a partir do adjetivo *cientificista*. Uma análise mais perspicaz é capaz de perceber, na produção intelectual de Euclides da Cunha, uma visão da história marcada por um indelével fundo romântico, perceptível na representação dramática da natureza e do tempo histórico, no discurso socialmente engajado, na recorrente imagética das ruínas. No caso d'*Os Sertões*, entretanto, sobre esta base foi construída uma sólida criação científica, a partir da qual o autor inseriu-se em um vivo debate acerca dos rumos da sociedade brasileira no início do período republicano. O fato é que, se o leitor atual enfrenta inúmeras dificuldades de reconhecer as questões postas em discussão, e materializadas em conceitos anacrônicos, termos técnicos e científicos, livros e autores hoje pouco conhecidos, supõe-se que aqueles que primeiro se defrontaram com a obra, o público culto a quem escritor se dirigia e com o qual debatia, compartilhava com o escritor um universo mental que uma leitura historiográfica d'*Os Sertões* pode ajudar a reconstituir. A partir de uma reinserção no seu repertório cultural, o texto adquire então novas dimensões, remetido a uma ampla produção intelectual que, no caso, servia-se do discurso científico como linguagem e visão de mundo.

Um dos caminhos possíveis a percorrer a partir daí é uma espécie de arcabouço intelectual da obra literária, na busca de compreendê-la a partir de seus

próprios termos. Este trabalho depende do conhecimento do processo de formação do intelectual e suas instituições, das modas científicas e literárias, dos temas e polêmicas em curso, da concepção de história em vigor e do fluxo de ideias e livros. Seguir as pistas deixadas pelo próprio texto pode ser o passo seguinte desta pesquisa, ainda que nem sempre totalmente seguro, uma vez que a ética da citação bibliográfica não se estabelecia nos mesmos termos de hoje, e que determinadas ideias e conceitos tornavam-se por vezes tão difundidos que sua origem se perdia no senso comum. Isso sem contar que, de acordo com o padrão intelectual do período, as obras de síntese e divulgação, grandes *best-sellers*, algumas vezes tornavam mais célebres os divulgadores que os verdadeiros autores. Ideias são, muitas vezes, captadas de segunda, talvez de terceira mão, convertendo-se em termos vagos e imprecisos, o que os fazia ainda mais úteis ao discurso ideológico, por mais flexíveis. Raça e evolução, com seus diversos derivativos, são os melhores exemplos. Saliente-se também que, neste panorama, a filiação de intelectuais a uma ou outra corrente científica ou ideológica não deve ser feita de forma rígida, pois o mais comum é um uso eclético das referências teóricas, o que conduziu inclusive à adoção simultânea de doutrinas contraditórias entre si, como, exemplarmente, liberalismo (ou spencerismo) e darwinismo social.

Torna-se preponderante uma exegese como tal exige que os próprios termos da discussão sejam devidamente definidos, o que no caso desta pesquisa específica em torno d'*Os Sertões* apontou o recurso à leitura de alguns autores citados como autoridades pelo escritor e seus contemporâneos. Tais autores referendavam a interpretação sociológica do Brasil aí desenvolvida, a partir dos parâmetros da chamada geração de 1870. Este trabalho de desencavar as ideias ansiosamente absorvidas pelos intelectuais brasileiros não pode sugerir, entretanto, uma passiva assimilação de ideias. No contexto brasileiro, outras eram as condições sociais e históricas e, portanto, outras eram as questões em debate. O problema racial é com certeza o exemplo mais eloquente. No caso europeu, as teorias raciais dividiam-se em duas correntes: uma, que pode ser definida como *a teoria da alteridade*, tratava da caracterização dos tipos étnicos com que se defrontavam os impérios europeus em suas conquistas pelo mundo - negros e orientais; a outra corrente, a da *identidade*, voltava-se para a definição das diferenças étnicas no interior da raça branca, o que definia as peculiaridades nacionais nos países europeus. No caso brasileiro, a teoria racial foi construída a partir de uma fusão

destas duas correntes, o que a fazia paradoxal por natureza. Neste esforço, em grande número de vezes o resultado foi a defesa da superioridade da elite branca de origem lusa em relação ao povo mestiço, isto exigiu um uso bastante seletivo das teorias raciais, o que envolvia certa dose de distorção dos conceitos originais, de acordo com sua conveniência e em seguida a um processo de *aclimatação*.

A veiculação de ideias afins entre diversos intelectuais demonstra que, a partir dos mesmos princípios científicos, os autores chegavam com frequência a conclusões diferentes. Seguir os rastros de alguns conceitos e ideias entre obras diferentes pode contribuir para delinear discussões mais genéricas que nem sempre são explicitadas nos textos. Voltando ao livro de Euclides da Cunha, um bom exemplo disto é a inserção do escritor no debate sobre a possibilidade de formação de uma raça eminentemente brasileira, ponto em que suas especulações se chocam com a célebre teoria do branqueamento apresentada por Sívio Romero em sua *História da Literatura Brasileira*. Ainda que Romero fosse à época a referência para tais especulações, ele não é citado, mas sua concepção ideológica pode sem dificuldade ser percebida na leitura d' *Os Sertões*.

Escrito como testemunho da história, o texto d' *Os Sertões* envolve uma intrincada fabulação. Seu conteúdo historiográfico e científico não se opõe à imaginação, como se pode observar a partir do uso flexível dos conceitos, da criação de genealogias sociais, do traçado de trajetórias no espaço geográfico, da concepção de formas de simbiose entre os grupos humanos e seu ambiente, de encenações dotadas de intenso simbolismo religioso, do privilégio do paradoxo e do oximoro. Este discurso do conhecimento e do convencimento implica na manipulação de elementos comuns à história e à literatura para a criação de uma realidade textual que pertence a ambas, como narrativas dotadas de uma inteligibilidade que organiza o real de modo verossímil. O próprio Euclides da Cunha descreveria em seu discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras um sentimento de confusão entre a realidade concreta e a imaginada, ao referir-se à percepção do poder de criação e transformação conferido ao homem pela ciência e pela técnica. O conteúdo místico e transfigurador deste discurso evidencia o intenso desejo de transformação do real característico do pensamento modernizador, embora uma obra como *Os Sertões* seja, por outro lado, o melhor exemplo de suas bases conservadoras do ponto de vista social, no caso brasileiro.

Um dos eixos temáticos em que se organiza a obra de Euclides da Cunha é a representação da natureza brasileira sob o ponto de vista da formação nacional, o que conduz à percepção da importância deste tema na vida intelectual do país no período compreendido entre 1870 e 1922. O trabalho com a literatura de ficção representa novos desafios, uma vez que envolve a incorporação da trama romanesca à interpretação historiográfica. No caso de um estudo sobre a produção intelectual das últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, este trabalho pode parecer à primeira vista especialmente facilitado pela incorporação da dimensão histórica e científica pelo próprio paradigma literário então dominante. O leitor que se debruça sobre esta literatura é obrigado a levar em conta o papel programático e a pretensão sociológica e historiográfica explicitamente assumida por tal literatura, e suas concepções subjacentes de sociedade e história. Torna-se assim possível explorar sua própria função didática, em seus mecanismos de interpretação da realidade e de persuasão. Tais recursos não são óbvios, sobretudo quando são trazidas à tona questões relacionadas à identidade nacional e aos conflitos sociais, ao engajamento político, à visão do povo e da cultura popular e, em especial, a projetos diversos de transformação do real numa sociedade de modernização incipiente.

2.4. Literatura e História em *Os Sertões*: fronteiras.

As relações entre literatura e história estão no centro de debates da atualidade e apresentam-se no bojo de uma série de constatações relativamente consensuais que caracterizam a nossa contemporaneidade na transição do século XIX para o XX. Antes de empreender qualquer trabalho de análise do tipo que nos propomos, é preciso considerar que tanto os relatos históricos quanto as interpretações literárias constituem-se como tentativas de abordar um dado fenômeno da realidade.

Muitos são os estudos que tentam explicar a estreita relação que há entre história e ficção. Isso porque a História diz respeito a todo o universo de acontecimentos que envolvem o homem em sociedade, e a ficção procura representar os fatos históricos reconstruindo-os pela imaginação criadora do autor. Nesse sentido, a narrativa histórica e a narrativa ficcional se confundem em limites nem sempre perceptíveis, já que ambas são discursos, em relação a isso salienta

Hutcheon (1991, p.122) “O que a escrita pós-moderna da história e da literatura nos ensinou é que a ficção e a história são discursos, que ambas constituem sistemas de significação pelos quais damos sentido ao passado”.

A história são os fatos ocorridos ao longo dos tempos, como o homem sempre sentiu necessidades de expressar seus sentimentos, ele achou na literatura uma arte na qual pudesse manifestar suas opiniões, desejos, frustrações, etc. A literatura, por sua vez, é uma arte verbal, em que o autor dotado de uma percepção aguçada, vive, observa, questiona, sente seu espaço, em função disso, tem um poder imensurável para captar a realidade através dos sentimentos. Usando sua imaginação criadora faz a leitura sensível do real, portanto atribuindo um novo significado á realidade, reelaborando uma nova realidade por intermédio de uma linguagem diferenciada, pela ornamentação, escolha e seleção criativa dos códigos linguísticos.

Tamanha é a relação entre literatura e história que alguns críticos vão chamar esta última como objeto extrínseco da obra de arte, em outras palavras é possível entender um dado fato histórico por meio da literatura e, esta por sua vez, tira proveito da história para fazer seu objeto artístico. É evidente que há diferenças que distingue o texto literário do histórico, visto que o primeiro não precisa comprovar a veracidade dos fatos, já o segundo precisa ser construído a partir de documentos e fontes confiáveis, embora em algumas ocasiões o discurso histórico também é elaborado por intermédio de pontos de vista subjetivos de seu autor.

A compreensão de que a literatura é, além de um fenômeno estético, uma manifestação cultural, portanto uma possibilidade de registro do movimento que realiza o homem na sua historicidade, seus anseios e sua visão de mundo, tem permitido ao historiador assumi-la como espaço de pesquisa. Nesse sentido, história e literatura tem se misturado de tal forma que somente por meio dos sentidos criados por elas para explicar um dado fato histórico em determinado tempo é que seja possível caracterizar cada uma delas. Em relação a isso Trouche coloca:

[...] entende serem a escrita da história assim como da literatura, antes de mais nada, discursos. Ficção e história constituem sistemas de significação pelos quais damos sentido ao passado. (TROUCHE, 2006, p.41)

O sentido construído no discurso histórico e literário além de ser a água divisora do fictício para o não-fictício é construído a partir dos sistemas de significação que é possível adquirir um dado fato histórico, quanto a isso Hutcheon salienta:

[...] Em outras palavras, o sentido e a forma não estão nos acontecimentos, mas nos sistemas que transformam esses “acontecimentos” passados em “fatos” históricos presentes. Isso não é um “desonesto” refúgio para escapar á verdade, mas um reconhecimento da função de produção de sentido dos construtos humanos.(Hutcheon, 1991, p.122)

A investigação do sentido do texto literário e histórico só pode ocorrer a partir da análise de seus discursos. A narrativa histórica e literária são, portanto, formas de discursos usados para retratar os acontecimentos do real, e somente por intermédio da análise criteriosa, como já foi dito, dos sentidos causados pelos mais diversos discursos, poderemos detectar os limites do ficcional do não-ficcional. Isso por que como diz White (1994,p.16) “o intuito do discurso é constituir o terreno onde se pode decidir o que contará como um fato na matéria em consideração e determinar o modo de compreensão mais adequado ao entendimento dos fatos assim constituídos”.

A literatura e a história se materializam no jogo e no trato das palavras, dos códigos linguísticos. A narrativa é a base desses conhecimentos. Literatura e História não se excluem, mas também não se completam, entretanto podem ser consideradas como via dupla do conhecimento humano. Por não ter um contrato assinado com a verdade absoluta dos fatos ao narrar, a literatura escapa para o viés do fingimento artístico, diferente da história, que mesmo se livrando do discurso oficial não se livra do mostro da verdade, do seu compromisso com o real.

Para efeito de ilustração e comparação da narrativa histórica com a narrativa literária, citaremos abaixo dois trechos que tratam do mesmo acontecimento, isto é, como a história oficial por intermédio de Myrian Becho Mota em seu livro didático “História – das cavernas ao terceiro milênio” - e a literatura por meio de um de seus maiores expoentes Euclides da Cunha em “Os Sertões” descreve Antonio Vicente Mendes Maciel – O conselheiro.

[...] Antonio Conselheiro nasceu em Quixeramobim, no Ceará, em 13 de março de 1.830. Atuou como comerciante, caixeiro e escrivão. Após ser abandonado pela esposa, decidiu sair pelo sertão como pregador. Em meados de 1874, já andava pelo interior acompanhado de alguns fiéis. Durante dez anos percorreu os sertões do Ceará, Pernambuco, Sergipe e Bahia, empenhando-se, com seus seguidores, na construção e restauração de capelas, igrejas e cemitérios. Em 1882, o bispo da Bahia proibiu os fiéis de assistirem às pregações do beato. Em 1887, o arcebispo, com o apoio do presidente da província, voltou a acusar Conselheiro, alegando que este divulgava doutrinas contrárias à religião e ao Estado. Chegaram a tentar interná-lo num hospício no Rio de Janeiro, não o conseguindo por falta de vaga. Surgiu então a primeira “cidade santa”, o arraial do Bom Jesus, hoje Crisópolis.[...](MOTA, 2005, p.17)

O trecho subscrito possui uma linguagem direta, informativa, objetiva e referencial, a autora primou por uma descrição sem nenhuma impressão subjetiva ou plurissignificativa, apenas o fato em si como instrumento revelador da verdade.

[...] Data daí a sua existência dramática. A mulher foi a sobrecarga adicionada à tremenda tara hereditária, que desequilibraria uma vida iniciada sob os melhores auspícios. A partir de 1858, todos os seus atos denotam uma transformação de caráter. Perde os hábitos sedentários. Incompatibilidades de gênio com a esposa ou, o que é mais verossímil, a péssima índole desta, tornam instável a sua situação. Em poucos anos vive em diversas vilas e povoados. Adota diversas profissões. Nesta agitação, porém, percebe-se a luta de um caráter que se não deixa abater. Tendo ficado sem bens de fortuna, Antonio Maciel, nesta fase preparatória de sua vida, a despeito das desordens no lar, ao chegar a qualquer nova sede de residência procura logo um emprego (...) Em 1859, mudando-se para Sobral, emprega-se como Caixeiro. Demora-se, porém pouco ali. Segue para Campo Grande, onde desempenha as funções modestas de escrivão do juiz de paz. Daí, sem grande demora, se desloca para Ipu. Faz-se solicitador, ou requerente no fórum. (...) De repente, surgiu-lhe revés violento. O plano inclinado daquela vida em declive termina, de golpe, em queda formidável. Foge-lhe a mulher, em Ipu, raptada por um policial. Foi o desfecho. Fulminado de vergonha, o infeliz procura o recesso dos sertões (...) E surgia na Bahia o Anacoreta sombrio, cabelos crescidos até os ombros, barba inculta e longa, face escaveirada; olhar fulgurante; monstruoso, dentro de um hábito azul de brim americano abordado ao clássico bastão em que se apoiava o passo tardo dos peregrinos...[...](CUNHA, 2002, p.193 á 194)

Euclides da Cunha de forma figurativa e imaginativa não só descreve Conselheiro em seus momentos de auge e declive social, mas estravaga os sentidos dos códigos ao mostrar um homem que jamais a história conseguiria desenhar, talvez pelo compromisso que esta tem com a verdade. Em contrapartida, segundo Linda Hutcheon (1991, p.146) “para a verdade da arte, a realidade externa é irrelevante. A arte cria sua própria realidade, em cujo interior a verdade e a perfeição da beleza constituem o infinito refinamento dela mesma”.

Interessante observar que na primeira citação que trata da história oficial, Myrian Becho faz alusão à obra “Os Sertões” de Euclides no sentido de que esta parece ser mais completa de sentidos. Em outras palavras, percebemos a própria historiadora sendo incapaz de explicar o fato histórico e recorrendo à literatura para tal explicação. Em relação a isso White (1994, p. 63) coloca o seguinte: “E, enquanto a história se recusa a usar os olhos que tanto a arte moderna quanto a ciência moderna lhe podem dar, ela permanecerá cega”.

Tanto a história quanto a literatura tem como objeto final, uma narrativa. As duas recontam, narram. Falam sobre fatos, acontecimentos, sobre a realidade. Ambas têm personagens, tramas e enredo na urdidura de sua construção. A tessitura literária e a tessitura histórica muitas vezes se misturam, confundem-se, têm suas fronteiras muito próximas, de difícil delimitação as vezes.

O discurso histórico e o ficcional são, portanto, próximos, dialogam entre si. Ambos são linguagem e como tal tentam representar o mundo em sua volta, interpretá-lo, compreendê-lo, significá-lo. Assim, constroem sentidos para o real, para as experiências com o real a partir da linguagem. A literatura e a história constituem como forma de ver o mundo, são gestos de leitura, de percepção da realidade, e por fim, gestos de escritura das significações que damos aos contextos em nossa volta.

Antes de iniciar algumas considerações sobre o romance histórico, gostaria de frisar ainda, que alguns estudiosos modernos têm feito os historiadores repensarem a maneira de conceber os fatos históricos. São reflexões que têm culminado no que convencionou denominar de “nova história”, na verdade essa terminologia tem sido frequentemente usada para evidenciar a ruptura com o modelo histórico tradicional.

A nova história mostrou que a forma de caracterizar o fato histórico no paradigma tradicional estava sendo um fardo para o historiador visto que ele estava desconsiderando os modelos críticos que atualmente vão sendo estabelecidos entre a arte e a ciência. Estava sendo incapaz de usar um método mais satisfatório de investigação na explicação dos fatos ocorridos no contexto social, como diz White (1994,p.45) “a história tal como costuma conceber os acontecimentos, é um tipo de acidente histórico”, ou seja, o historiador para muitos pensadores não têm conseguido alcançar êxito na explicação dos chamados “fatos históricos” como bem

tem feito os filósofos das ciências contemporâneas. No que diz respeito a isso, menciona White:

[...] Muitos historiadores continuam a tratar os seus “fatos” como se fossem “dados” e se recusam a reconhecer, diferentemente da maioria dos cientistas, que os fatos, mais do que descobertos, são elaborados pelos tipos de pergunta que o pesquisador faz acerca dos fenômenos que tem diante de si] (WHITE, 1994, p.56)

Por tudo isso, o historiador precisa ir ao encontro de mecanismos metodológicos e críticos que possam possibilitá-lo resgatar a dignidade dos estudos históricos, em outras palavras que consiga ir ao encontro das aspirações defendidas pela comunidade científica do momento.

Ainda convém destacar, que a história só deixará de ser fardo para os historiadores quando estes passarem a analisar as estruturas dos fatos históricos, isto é, que a realidade deve ser analisada no seio da sociedade e que ela pode ser construída por parâmetros culturais. Para ilustrar este pensamento, Peter Burke (1992, p.15) ressalta que “só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura a outra”.

Assim sendo, são fundamentais os questionamentos a respeito do próprio estatuto da história e as tentativas de compreender o papel social do historiador. O processo de produção do texto histórico também passou a ser interpretado á luz da experiência literária. Isso será percebido a seguir com o estudo do romance histórico.

CAPÍTULO III

A ÉPICA, A TRAGÉDIA E A IRONIA EM OS SERTÕES.

3.1. O sertanejo como herói nacional.

Tornam-se visíveis as dimensões épico-trágicas da nacionalidade que predomina no livro de Euclides da Cunha. Pode-se partir para este enfoque pelo fato de a obra retratar *a posteriori* um episódio (o autor já conhecia o seu final), no entanto, essa tonalidade tem outras motivações, haja vista que a nossa intelectualidade aprovou o massacre efetuado em Canudos, fato que para ela certamente não significou tragédia, mas comédia. Torna-se mais profícuo buscar as origens trágicas do livro na sensibilidade e argúcia do autor, atento à exemplaridade do fracasso da nova república que o fato denotava, e no seu temperamento tenso e trágico. Chega-se mesmo a levantar a hipótese de que o sertão euclidiano seria uma reconstrução do *Apocalipse* de São João, posto que a destruição do arraial poderia simbolizar o fracasso de uma suposta *Nova Jerusalém*.

Outro gênero que se faz presente na obra é a dimensão épica. A formação do Estado brasileiro, que tem seus primórdios com a chegada de D. João (1808), solidifica-se somente com a república. Esta se forma sob a batuta da cultura europeia, e a heroicidade é um dos fundamentos de que se serviram as nações mais antigas, pois precisavam da simbologia advinda de uma epopeia icônica fundadora, que erguesse uma *pátria subjetiva*, isto é, calcada no sentimento e emoção nacional. Isso posto, Euclides como grande leitor de Victor Hugo (1802-1885), inspira-se nessa influência, para caracterizar Canudos como a nossa *Vendéia*. Seguindo este raciocínio é que Henry Bacon buscará as origens de *Os Sertões* na *Ilíada*, de Homero, na *Eneida*, de Virgílio, e n' *Os Lusíadas*, de Camões.

Ademais, poder-se-ia, inspirado nos estudo clássico de Hyden White, elencar um recurso retórico bastante utilizado no livro, a ironia. Euclides, no seu

intento de desqualificar o massacre levado a cabo pelos militares em Canudos, acaba por produzir também um anti-épico. O escritor, na urdidura do seu, empenhou-se em desmerecer as vitórias do nosso exército, revestindo-as com os caracteres e aspectos das perdas materiais, físicas, morais e éticas que teriam produzido não vitórias, mas sim derrotas, ou autênticas farsas. Em decorrência, do quadro visualizado é que Euclides fará uso fino e sutil da ironia. Seguindo o esquema analítico de White, diríamos que *Os Sertões* oscila entre o trágico (radicalismo), o romanesco (anarquismo) e o satírico (liberal).

3.2. Antônio Conselheiro e a reinvenção do imaginário e da religiosidade popular.

Outro interesse de *Os Sertões* é o de conter os germes das futuras interpretações sobre a religiosidade popular no Brasil. De um lado, Euclides chama a atenção para o descaso do Brasil urbano em relação ao rural, tese que desemboca na explicação economicista do cangaço e do messianismo por Facó em *Cangaceiros e fanáticos*. De outro lado, a atenção irônica que dispensa ao autoritarismo da romanização no Brasil e à subserviência feroz do bispado brasileiro ao poder (que o olhar ateu de Euclides, típico do cientificismo do *fin de siècle*, percebe a ligação com a laicização levada a cabo pelos republicanos), vistos como fatores da emergência de Canudos, antecipa o desvendamento que Della Cava faz da utopia juazeirense em *Milagre em Joazeiro*. De igual modo, a explicação de Barros do fenômeno do Juazeiro e do Caldeirão, remetendo-os, gramscianamente, à “ruptura da unidade ideológica no país”, quando o catolicismo é ameaçado pela maçonaria e pelo positivismo, tem também raízes euclidianas. Leituras mais atuais, que tendem a focar o massacre canudense sob o viés de rito afirmatório e legitimador da república, como as de Sevcenko, Villa e Menezes, são igualmente revisitações das versões euclidianas. Ademais, o relevo político que Euclides confere à destruição do arraial, ao enxergá-la como uma ação legitimadora dos republicanos situacionistas (seguidores do presidente Prudente de Moraes), perseguidos por florianistas (jacobinistas) e monarquistas (restauradores), é retomada pelos últimos autores citados.

Euclides é um humanista. Não se deve tomá-lo como representante do intelectual oitocentista, como figura marcadamente cientificista, porque o amor profundo aos homens não obscurece sua visão. Sua relação com a ciência é tensa,

problemática, visto que ele é antes de tudo honesto. Preza pela honra, é leal ao extremo com os amigos. Não há palavra que saia de sua escritura que não esteja consubstanciada de uma sinceridade límpida e autêntica: elas, verdadeiramente, sangram. A vida lhe será dura por isso, ela não perdoa àqueles que conseguem olhar além de si mesmos. Sua retribuição será o sacrifício, por intermédio de quem somente conseguiu notoriedade por ter feito de suas mãos o instrumento do destino. Vida trágica a sua, tal como a obra. Euclides lutou contra a mercantilização e fetichização da vida que se impunham de maneira feroz num Brasil invadido pelo capitalismo no seu estágio imperialista, sob a forma de uma *modernização autoritária*. Levemente ofuscado pela bruma cientificista que lhe rodeava, Euclides conseguiu, todavia, visualizar no grito sufocado dos titãs *Hércules-Quasímodos*, o significado profundo da queda dos guerreiros sertanejos, antevendo que aquele conflito representava algo maior, qual seja, o assassinato nietzscheano de Deus (tradição) pelo homem (modernidade). Euclides, sinedóquico, teleológico, filósofo da história, e, principalmente, artífice da linguagem, acreditava que o universo tinha um fim. Buscou heroica e pateticamente, quixotesca mesmo, que o Brasil fizesse parte de seu nobre ideário. Falhou, sob o ponto de vista da derrota sertaneja naquele momento, entretanto, Canudos nunca se renderá, uma vez que ressurgirá em cada leitura de *Os Sertões*. Trágica, mas perene como somente a grande arte pode ser.

Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes uma vez disse numa de suas aulas que Euclides via em Conselheiro seu *outro*. Ainda que tenha trilhado um caminho diverso do de Euclides, o beato, tal como o escritor, confundia sua busca existencial com o destino coletivo, fundindo-lhes num amálgama conotativo de uma trajetória outra para o país. Somente, ao passo que o fluminense defendia uma república social/socialista, o cearense investia na força do catolicismo popular. O primeiro, mediante a Ciência, e o segundo, por meio da Religião, procuraram, em vidas errantes, expor a dor de suas tragédias pessoais, mas nunca num sentido individual, egoístico.

Não eram Narcisos. Sabiam que seus problemas existenciais somente se resolveriam caso ajudassem a salvar os outros, o seu povo. Destarte, ainda que Euclides quisesse travestir Conselheiro com seus trajes urbanos, via-o, instintivamente, como irmão de desdita. Por isso, podia maldizê-lo. No íntimo, estava ciente de que o outro não se aborreceria. O beato não podia passar-lhe incólume,

eram muito parecidos. Aquele passante estranho, de barba longa e andar curvado, metido numa longa túnica azul, trazia na face o mesmo olhar triste de Rimbaud perdido no horizonte da paisagem sertaneja. A dor os uniu, aproximou-os e os evoluiu pelo processo catártico. A grande contribuição da Literatura é que não apenas eles se tornaram melhores do que eram, mas todo leitor capaz de reestruturar e inserir-se como coautor do texto.

3.3. Os *Sertões*: Nuances do romance histórico e transfiguração literária.

O romance histórico é um tipo de romance que mistura história e ficção, reconstruindo ficticiamente acontecimentos, costumes e personagens. Ele surge nas primeiras décadas do século XIX e tem sua origem vinculada a produção literária do escocês Walter Scott. O romance histórico corresponde àquelas experiências que têm por objetivo explícito a intenção de promover uma apropriação dos fatos históricos definidores de uma fase da História de determinada sociedade. O melhor entendimento sobre o surgimento do romance histórico é possível ver na citação feita por Lúkacs, um dos maiores teóricos do romance histórico, citado na obra de Trouche :

[...] O romance histórico nasceu em princípios do século XIX, aproximadamente na época da queda de Napoleão. (o *Waverley*, de Walter Scott foi publicado em 1814). É claro que há romances de tema histórico já nos séculos XVII e XVIII, e quem assim o deseje pode considerar como “precursores” do romance histórico as elaborações da história antiga e dos mitos na idade média, e remontar-se ainda à China ou à Índia. Mas nesse percurso não encontrará nada que pudesse aclarar algo importante sobre o fenômeno do romance histórico. Os chamados romances históricos do século XVII (Scudéry, Calprenède, etc.) são históricos apenas por sua temática puramente externa[...] (Trouche, 2006.p.36 apud Lukács, 1971, p.15)

O certo é que o romance histórico talvez seja a maior prova de entrelaçamento entre história e literatura, entre realidade e ficção. A narração no romance histórico se dá em terceira pessoa com um narrador que possui certo teor de imparcialidade e que busca na história seu objeto de fundo da narração. A este respeito Trouche diz:

Ora, a matéria narrada no romance histórico preenchia um requisito óbvio e primordial: ela devia ser rigorosamente histórica, isto é, precisava apresentar elementos passíveis de registro documental, que pudessem ser facilmente

reconhecidos como tal por seus virtuais leitores e sistemas de leitura. As exigências quanto á historicidade da matéria narrada, cobriam todo leque de elementos que estruturam uma narrativa, como personagens, eventos, espaço, contexto e, até mesmo, o narrador. Este último, ocupando sempre uma perspectiva externa, marcava claramente o seu espaço histórico, a partir do qual desenvolvia a trama narrativa. (Trouche, 2006, p.37)

Há outras características que servem para caracterizar o romance histórico, tomemos como fonte de exemplo a obra “Os Sertões” de Euclides da Cunha para a ilustração de algumas destas características na medida do possível. Em primeiro lugar é importante que se note que o romance “Os Sertões” foi dividido em três partes: “A Terra, o Homem e a Luta”. A primeira parte é bastante descritiva, pois, em sua visão determinista, o autor pretende mostrar o meio em que a ação se desenvolve, descreve, portanto, a aridez do sertão e os elementos que revelam a precariedade das condições de vida em tal ambiente. A Terra é o espaço histórico que Euclides começa mostrar a relação do contexto histórico/geográfico brasileiro de outras regiões com as condições de vida do homem do sertão com uma linguagem figurativa que conduz o discurso do histórico para o literário, em um constante vaivem.

Na segunda parte da obra, Euclides faz um estudo da etnografia, tentando caracterizar essa raça miscigenada, que consegue sobreviver no sertão e que vai ser obrigada a enfrentar tropas provenientes de outras regiões do Brasil. Tanto a primeira parte como a segunda são bastante descritivas e servem apenas como “palco” para a narração do verdadeiro fato histórico – a guerra de canudos.

A guerra de Canudos é o fato histórico retomado por Euclides da Cunha em “Os sertões’ e mais uma comprovação de que sua obra é um romance histórico, pois busca na história oficial acontecimentos ocorridos, recuperando-os e recriando-os. Em relação a isso, Antônio Marcos Sansevirino em “A força Messiânica e a Teoria do Romance”, ao citar Lukacs, diz:

Georg Lukács faz, pois, duas exigências ao romance histórico: a recuperação da “singularidade histórica” de uma época, o que, logo a seguir, ele designará como “verdade histórica”; a tradução da singularidade histórica por meio da atuação da personagem, de modo que o comportamento dos agentes explicita as peculiaridades da época apresentada. (Sansevirino. 2003, p.113 apud Lukács, p.15)

Esta “verdade histórica” é mais perceptível na obra “Os Sertões” quando Euclides da Cunha narra o conflito, ou a luta, como ele denominou. Nessa parte, o autor como testemunha ocular, narra a fome, a peste, a miséria, a violência e a insanidade da guerra. Retrata minuciosamente movimento de tropas se prendendo a individualização de determinados personagens que entram realmente em ação. Estas, por sua vez, são emprestadas da história para ficção e correspondem ao eixo da trama narrativa, portanto, mais um elemento que justifica a obra como romance histórico, no tocante a isso Sanseverino coloca que:

[...] As personagens desempenham, seguidamente, papel secundário na trama, mas sua importância não diminui por causa disso, pelo contrário, sua presença é fundamental, porque, sem elas, o romance não poderia ser considerado histórico. Logo, é em função delas que se constrói a obra [...]. (Sanseverino,2003 p.119)

As personagens históricas são utilizadas com o propósito de conferir veracidade á narrativa, aspecto que torna a História incontestável. Ainda sobre a terceira parte de “Os Sertões”, Euclides narra o absurdo de um massacre que começou por um motivo banal – Antonio Conselheiro reclamava um estoque de madeira não entregue, inspirado pelos ideários deterministas, sociológicos e antropológicos, dados os antecedentes , o meio, a raça e as circunstâncias históricas, políticas e sociais, o resultado só poderia ser o aniquilamento do “Arraial de Canudos” pelas tropas do governo.

Tamanha é a riqueza de detalhes na narração de Euclides sobre a guerra de canudos, que sua obra “Os Sertões”, é usada até hoje como uma das principais fontes de pesquisa sobre a referida guerra por muitos historiadores. Isso se dá por que, como frisa Sanseverino ao mencionar LuKács:

Lukács concebe o romance histórico como um gênero que não apenas situa o leitor num tempo passado, mas ajuda-o a entender os acontecimentos. Por isso, ele valoriza o modo como se dá a representação do período histórico, que deve corresponder a uma fase de crise e transformação. (Sanseverino,2003 p.120)

A importância do romance histórico é colocar a tona alguns elementos que faz lembrar os reais acontecimentos da história, como personagens, situações

de transformação que estas vivenciam, que de certa forma revela a forma de ser, agir e pensar delas. A este respeito esclarece Sanseverino:

São pois, os pilares do romance histórico: a época representada, que coincide com um período de crise e mudança, e acima da época, a presença de seres humanos que vivenciam, nas suas existências, mesmo quando deslocados dos grandes centros de poder, as conseqüências das alterações por que o passa o período. Assim, não é preciso traduzir os grandes eventos, pois mesmo “sucessos aparentemente insignificantes” podem ser expressivos, básico é contar e atuar nesses momentos determinantes, refletindo as tendências da época.(Sanseverino,2003 p.121)

Um outro aspecto que pode ser somado ao que já foi dito, diz respeito ao tempo, pois a ação observada no romance histórico, tem que ser anterior ao presente do narrador, tal como ocorre em “Os Sertões” de Euclides da Cunha, obra escrita depois de um certo tempo que o autor vivenciou os fatos históricos, veja como Trouche trata desta questão ao citar Esteves:

[...] A ação do romance histórico ocorre num passado anterior ao presente do escritor, tendo como pano de fundo um ambiente histórico rigorosamente reconstruído, onde figuras históricas reais ajudam a fixa a época, agindo conforme a mentalidade de seu tempo, sobre esse pano de fundo histórico se situa a trama fictícia, com personagens e fatos criados pelo autor. Tais fatos e personagens não existiram na realidade, mas poderiam ter existido, já que deve obedecer á mais estrita regra de verossimilhança[...] (Trouche, p. 37 apud Esteves, 1995, p. 25)

A respeito do romance histórico se diz que “Os Sertões” de Euclides da Cunha, é uma obra híbrida, capaz de conduzir a diferentes dimensões interpretativas, desde o entendimento científico, cultural, social, histórico, ao literário pelo talento imaginário do autor em recriar certas situações que somente a figurativização da linguagem por intermédio dos “tropos” poderia sugeri-las. É, portanto, uma obra que mescla o histórico com o literário, pois nela está presente muitas funções de linguagem que, ao mesmo tempo que direciona a narrativa para o estético, também a conduz para a crítica, para denúncia e apelação, como bem mostra Berthold Zilly em um artigo publicado no livro “Literatura e História na América Latina” organizado por Ligia Chiappini e Flávio Wolf de Aguiar:

[...] Ocorre que Os Sertões é também uma obra literária com relativa autonomia da função estética, e, por outro lado, as funções referencial e poética não podem ser dissociadas da função conativa, ou apelativa, porque servem para despertar e comover a opinião pública do Brasil diante da inútil e criminosa guerra contra os rudes patricios do sertão. Um dos significados essenciais do livro consiste, certamente, em contribuir para um melhor conhecimento dos sertanejos e para sua incorporação na nação brasileira. (Zilly,2001 p.43)

Constata-se que há estreitos laços de vizinhança entre história e literatura, e os estudos são muitos a este respeito, visto que toda forma de conhecimento contém elementos de imaginação, ficção e realidade. Assim, vê-se que a literatura pode ser considerada como uma leitora privilegiada dos acontecimentos históricos, e a História, enquanto ciência, por sua vez, poderá valer da literatura para dar respostas a fatos históricos, que nem mesmo ela própria conseguiu dar.

Urge afirmar que a narrativa histórica e a narrativa literária precisam ser encaradas como formas de conhecimento do mundo, pois são elas que proporcionam o homem ter uma visão mais apurada de um dado fato ao longo de sua trajetória histórica. Em outras palavras, observamos que o processo de produção do texto histórico também passou a ser interpretado em certa medida por intermédio do discurso literário, como no exemplo discutido neste capítulo da obra “Os Sertões” de Euclides da Cunha que até hoje serve de fonte para análise da guerra de “Canudos” pelos historiadores de todo mundo.

Por fim, o romance histórico “Os Sertões” de Euclides da Cunha, além de mostrar os estreitos laços que existem entre histórica e literatura, cumpre com um duplo papel, de ser uma testemunha viva que transcenderá os tempos do maior massacre que marca a história do Brasil, e ao mesmo tempo, se constitui num objeto de raro valor estético, com um “imaginário” imensurável, construído por uma linguagem que faz a narração, em determinados momentos, ser poesia pura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões contidas neste trabalho, desde seu início atestam a importância de Euclides da Cunha, como referência indispensável, não só para a Literatura, bem como para a História, a Sociologia, a Antropologia cultural, as Ciências da Terra e a Geografia Humana, como também para a cultura de contrastes e miscigenação na tentativa de captar o processo de construção da identidade nacional.

Na qualidade de obra emblemática da Literatura Brasileira *Os Sertões* põe em pauta questões de ordem social, políticas-ideológicas, como o caso do antagonismo acirrado entre Monarquia e República e, principalmente aspectos de natureza filosófica de influências externas; trazendo para o Brasil e para a intelectualidade brasileira o debate sobre duas concepções de mundo: a romântico-moderna e a positivista, que alertam para a existência de dois brasis: do litoral e do sertão.

Desse modo, Euclides da Cunha se apresenta como o divisor de águas, mormente do que concerne a identidade nacional, considerando a existência de uma República mesclada e dividida entre a crença em um sonho de unidade e a constatação da diversidade na formação do tipo brasileiro, sob a égide da ficção e da história.

Na visão euclidiana o sertanejo evolui da sua condição inferior, em face do desmorroneamento do homem, provocado pelo pensamento cientificista naturalista, para a condição de herói nacional, especialmente aquele do sertão que é chamado pelo autor de *forte*, posto que possui os elementos essenciais capazes de instaurar a verdadeira nação.

Os Sertões imortaliza pelo viés artístico-literário a utopia da criação de uma sociedade civilizada. Ele reveste-se das nuances épica e trágica, ao realizar a transfiguração do homem, da terra e da luta pela linguagem simbólica que engendra em seu discurso a totalidade de um momento *sui generis* na história do Brasil.

Pelo discurso euclidiano Canudos jamais se renderá, porque ele sempre representará a eterna vocação para a resistência de uma sociedade que um dia suplantará as forças aniquiladoras da ação coletiva e da transformação individual. Enquanto houver forças e personagens como Euclides da Cunha e Antônio Conselheiro, haverá também a possibilidade de afirmação e da existência plena de uma nação brasileira e de uma Literatura nacional.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES, HORÁCIO E LONGINO. *A Poética Clássica*, trad. Jaime Bruna. A poética Clássica, 12ª ed. São Paulo: Cultrix, 2005, 114p.

AUERBACH, Erich. *Mimeses*, 4ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A. 2001, 507 p.

BACHELARD, Gastón. *A Poética do Devaneio*. Trad. Antonio de Pádua Danesi. 2ªed, São Paulo: Martins Fontes, 2006, 205p.

BARTHES, Roland. *O Rumor da Língua*, trad. Mário Laranjeira, São Paulo: Editora Brasiliense, 199, 372p.

BORDINI, Maria da Glória. (Org.) Antônio Marcos Sanseverino et al. Lukács e a literatura. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. (Coleção Teoria da Literatura 1)

BURK, Peter. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*, Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da USP, 1992. (Biblioteca Básica)

CHIAPPINI, Ligia & AGUIAR, Flávio W. de (Orgs). *Literatura e História na América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2001

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*, São Paulo: Editora Martin Claret, 2008, 637p.

_____ *Os Sertões*, 3ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005, 500p.

DURAND, Gilbert. *O Imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*, Trad. René Eve Levié. 3ª ed. Rio de Janeiro: DEFEL, 2004, 128 p.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Trad. Rosina D'Angina. São Paulo: Martin Claret, 2009. 485p.

HUTCHEON, Linda. *Poética do Pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991

LAPLATINE FRANÇOIS. Et. AL. *O que é Imaginário*. Trad. Liana Sálvia Trindade, São Paulo: Brasiliense, 2003 – (Coleção Primeiros Passos 309) 83 p.

LIMA, Luiz Costa. *Terra Ignota – A construção de Os Sertões*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997

_____ *História, Ficção e Literatura* – São Paulo: Companhia das Letras, 2006, 385p

LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance moderno*. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades, ed.34, 2000, 240 p.

MACHADO, Roberto. *Foucault a Filosofia e a Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, 186p.

REIS, Carlos. *O conhecimento da literatura*. 2ª ed. Lisboa: Almedina, 2001

RICOER, Paul. *A Metáfora Viva*. Trad. Cristina Peres de Freitas. 2ªed. São Paulo: Edições Loyola, 2005, 500 p.

TELES, Gilberto Mendonça. *Retórica do Silêncio I*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989. 394 p.

TROUCHE, André Luiz Gonçalves. *América: história e ficção*. Niterói, RJ, Eduff, 2006

VEIGA, José J. *A Casca da Serpente*. 5ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999, 160 p.

WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a crítica da cultura*; Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da USP, 1994 – (Ensaio de Cultura, vol. 6)